

Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em  
Crianças e Adolescentes  
Relatório de análise  
2ª Rodada

Job: 200372\_02  
21 de janeiro de 2021

## 1 – INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

### OBJETO

Pesquisa contratada pelo UNICEF, realizada pelo IBOPE Inteligência, com abrangência nacional, aplicada por telefone. O estudo foi contratado após aprovação da proposta enviada pelo IBOPE Inteligência em resposta ao LRPS-2020-9158428 do UNICEF.

### OBJETIVO

Os principais objetivos da pesquisa são:

- 1) Obter informações sobre os impactos primários e secundários das medidas de prevenção do COVID-19 na vida das crianças e de suas famílias, considerando uma amostra representativa da população brasileira nos níveis Nacional e Regional e focando nos impactos de curto e médio prazo (de aproximadamente daqui a um mês e até seis meses);
- 2) Obter informações e identificar vulnerabilidades das crianças brasileiras e de suas famílias em relação ao acesso à informação, à saúde, à educação, aos recursos financeiros, segurança alimentar, rotina familiar e da comunidade, proteção contra a Violência Contra Crianças, Desenvolvimento da Primeira Infância e Água, Saneamento e Higiene.

Os resultados serão usados pelo UNICEF Brasil para:

- 1) Apoiar a implementação de um plano de ação em resposta à COVID-19;
- 2) Identificar impactos duradouros das medidas de prevenção do COVID-19 sobre famílias e crianças, especialmente relacionadas à proteção social, aprendizado e exposição à violência doméstica.

### METODOLOGIA

**Pesquisa:** Quantitativa

**Técnica de coleta de dados:** Entrevistas telefônicas - C.A.T.I. (*Computer Assisted Telephone Interviewing*).

Foram realizadas duas rodadas do estudo, a primeira em julho de 2020 e a segunda em novembro de 2020. O questionário foi revisado para a segunda rodada, mantendo a possibilidade de comparação para a maior parte dos indicadores. Neste relatório, constam os resultados da segunda rodada do estudo, com comparações com a primeira rodada sempre que possível.

**Abrangência geográfica:** Nacional

**Público-alvo:** A amostra tem como público-alvo a população brasileira com 18 anos ou mais.

**Entrevista:** O questionário foi desenvolvido pelo UNICEF, revisado em conjunto com o IBOPE Inteligência e submetido à aprovação do cliente.

**Pré-teste:** Foram realizadas 10 entrevistas em uma etapa de pré-teste antes da primeira rodada da pesquisa, que teve como objetivo identificar possíveis problemas na aplicação das questões. O questionário foi revisado com base nos resultados dessa etapa.

**Períodos de campo:**

- Primeira rodada: de 03 de julho de 2020 a 18 de julho de 2020. Neste relatório, os resultados dessa etapa estão descritos como de julho de 2020.
- Segunda rodada: de 29 de outubro a 13 de novembro de 2020. Neste relatório, os resultados dessa etapa estão descritos como de novembro de 2020.

**AMOSTRA:**

As amostras de ambas as rodadas tiveram as mesmas características. As amostras foram independentes.

**Universo:** População brasileira com 18 anos ou mais.

**Abrangência:** Nacional

**Desenho e seleção da amostra:** A amostra da pesquisa é representativa da população alvo do estudo, desproporcional para garantir leitura dos resultados totais por grande região do país. A distribuição e seleção de amostra foram realizadas em dois estágios:

- **Primeiro estágio:** dentro de cada região, discagem randômica em listagens de telefones fixos e móveis.
- **Segundo estágio:** seleção dos entrevistados utilizando cotas em função das seguintes variáveis: sexo, idade, escolaridade, ocupação e região. As cotas foram estabelecidas com base nos dados mais atualizados do IBGE.

**Dimensionamento da amostra:**

Amostra	Total de entrevistas	Leituras	Margem de Erro – total da amostra	Nível de confiança
Desproporcional	1.516 entrevistas	Total Brasil, regiões do país e variáveis demográficas.	3 p.p.	95%

**Número de entrevistadores:**

- Primeira rodada: 63 entrevistadores.
- Segunda rodada: 76 entrevistadores.

**Procedimentos e fatores de ponderação:** Os fatores de ponderação foram calculados pelo IBOPE Inteligência com o objetivo de corrigir a desproporção do desenho da amostra.

**PROCEDIMENTOS PADRÃO**

O IBOPE Inteligência é regido por padrões éticos da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) e European Society of Opinion and Market Research (ESOMAR).

Além disso, os nossos procedimentos estão em conformidade com a norma internacional de qualidade em Pesquisa de Mercado e Opinião da ISO 20.252 e a norma internacional de Gestão de Qualidade ISO 9001.

### Entrevistas telefônicas

- As entrevistas foram realizadas por uma equipe de entrevistadores devidamente treinados, supervisionados e com identificação do IBOPE Inteligência;
- Pelo menos 20% do material dos entrevistadores foram criticados e verificados;
- 100% dos questionários foram submetidos a um teste eletrônico de consistência para verificação de coerência das respostas;
- Foram realizadas através do nosso **C.A.T.I. (Computer Assisted Telephone Interviewing)** - entrevistas telefônicas realizadas com apoio de um questionário eletrônico.

## 2 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA ONDA

A seção de análise dos resultados está dividida nas seguintes seções:

- Perfil da amostra
- Fontes de informação e *fake news*
- Saúde
- Água, Saneamento e Higiene
- Renda Familiar
- Segurança Alimentar
- Educação
- Primeira infância
- Proteção contra a violência
- Conclusões e agenda de políticas públicas.

### PERFIL DA AMOSTRA

Conforme explicitado na seção sobre a metodologia da pesquisa, a amostra foi desenhada com base no perfil da população brasileira com 18 anos ou mais, com os resultados da PNADC 2018 como parâmetros estatísticos<sup>1</sup>. Importante ressaltar que as amostras da primeira e da segunda rodada da pesquisa, realizadas em julho e novembro de 2020, foram independentes, ambas representativas do público-alvo do estudo.

Na segunda rodada, a amostra da amostra foi composta por 53% de mulheres e 47% de homens, e predominância de 42% de indivíduos que estudaram até o Ensino Fundamental e 37% que estudaram até o Ensino Médio, enquanto 21% estudaram até o Ensino Superior. A maior parcela da amostra foi composta por pessoas que residem na região Sudeste (44%), seguida por Nordeste (26%) e Sul (15%), ao passo que os residentes das regiões menos populosas, como Norte e Centro-Oeste, representam 8% da amostra cada.

---

<sup>1</sup> A PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é produzida em caráter definitivo desde 2012 em todo Brasil e tem periodicidades distintas (a depender do tema investigado). Mais informações em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acessado em 10 de setembro de 2020.

Em relação à faixa etária, 35% da amostra é composta por pessoas de até 34 anos, 38% por indivíduos com 35 a 54 anos e 28% por indivíduos com 55 anos ou mais. Quase a metade da amostra (46%) se autodeclara como de cor ou raça branca, enquanto 40% se autodeclaram pardos e 10% pretos, de modo que o agrupamento dos que se autodeclaram pretos ou pardos, classificados como negros, representa 50% da amostra. Levando em consideração as classes socioeconômicas<sup>2</sup>, 46% da amostra é composta por indivíduos pertencentes à classe C, 29% à classe B, 19% às classes DE e 6% à classe A. Além disso, 30% dos respondentes da pesquisa tinham renda familiar entre mais de um a dois salários mínimos, 28% de mais de dois a cinco salários mínimos e 24% até um salário mínimo, enquanto indivíduos com renda familiar superior a cinco salários mínimos representam 15% da amostra.

Sobre a composição dos domicílios dos entrevistados, 56% moram com crianças ou adolescentes entre 0 a 17 anos, e 44% não residem com indivíduos desta faixa etária, com uma média de 3,25 de pessoas no domicílio.

A pesquisa ainda investigou alguns aspectos do acesso à Internet pelos entrevistados. A maior parte (85%) tem acesso à Internet no domicílio, e 93% usam ou residem com pessoas que usam a Internet pelo telefone celular, ao passo que foram menos comuns as menções ao uso de Internet pelo computador (56%), pela televisão (50%) e por videogame (15%). Cerca de 70% usam ou residem com pessoas que usam a Internet tanto pelo celular quanto pelo computador, e cerca de um quarto (24%) mencionam que usam ou residem com pessoas que usam a rede apenas pelo celular. Apenas 5% residem em domicílios em que ninguém usa a Internet.

---

<sup>2</sup> Os dados de classe socioeconômica utilizados na pesquisa foram calculados de acordo com os parâmetros do Novo Critério de Classificação Econômica Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Mais informações em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

TABELA 01 – PERFIL DA AMOSTRA (Novembro/2020)

Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)

		(%)
<b>Região</b>	Sudeste	44
	Nordeste	26
	Sul	15
	Norte	8
	Centro-Oeste	8
	Total	100
<b>Sexo</b>	Masculino	47
	Feminino	53
	Total	100
<b>Idade</b>	18 a 24 anos	15
	25 a 34 anos	20
	35 a 44 anos	18
	45 a 54 anos	20
	55 anos ou mais	28
	Total	100
<b>Escolaridade</b>	Até a 4ª série (ensino fundamental I)	23
	Entre a 5ª a 8ª série (ensino fundamental II)	19
	Ensino Médio	37
	Ensino superior	21
	Total	100
<b>Classe social</b>	A	6
	B	29
	C	46
	DE	19
	Total	100
<b>Renda familiar em salários mínimos</b>	Até 1	24
	Mais de 1 a 2	30
	Mais de 2 a 5	28
	Mais de 5 a 10	10
	Mais de 10	5
	Não respondeu	3
	Total	100
<b>Criança ou adolescente na família</b>	Reside com crianças ou adolescentes com 0 a 17 anos	44
	Não reside com crianças ou adolescentes com 0 a 17 anos	56
	Total	100

## **FONTES DE INFORMAÇÃO E *FAKE NEWS***

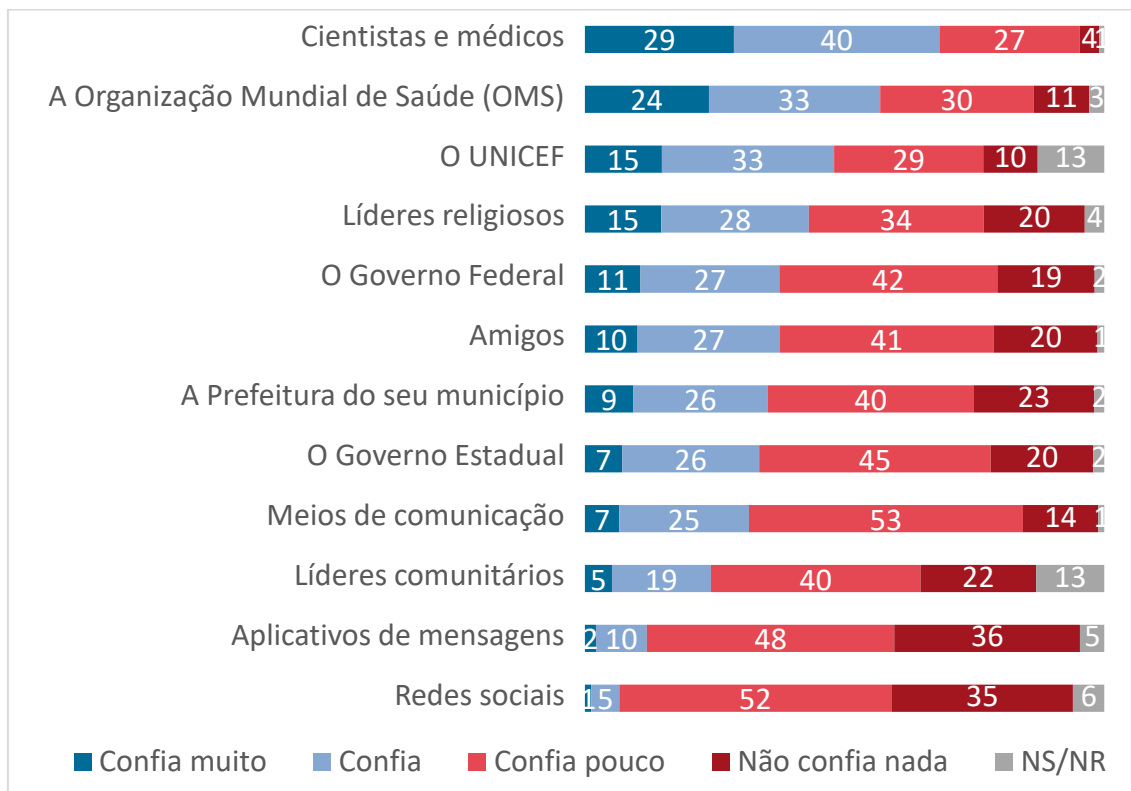
Para se debruçar sobre as problemáticas sociais e sanitárias do país, no contexto da pandemia de COVID-19, a pesquisa investigou, entre outros temas, o nível de confiança da população com 18 anos ou mais em diversas fontes de informações, indicador levantado apenas nessa segunda rodada da pesquisa, que ocorreu em novembro de 2020. Os resultados indicam que pessoas ou instituições como Cientistas e médicos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o UNICEF<sup>3</sup> são, entre as fontes de informação investigadas na pesquisa, as que a população mais confia (gráfico 01). Em um patamar intermediário de confiança ficaram líderes religiosos, amigos, e os governos federal, estadual e municipal.

Por outro lado, as redes sociais e os aplicativos de mensagens inspiram menos confiança para a população com 18 anos ou mais. Apenas 6% mencionaram que confiam ou confiam muito nas informações recebidas pelas redes sociais e 12% em informações recebidas por aplicativos de mensagens, como WhatsApp ou Telegram. Seguindo a mesma tendência, 52% declaram confiar pouco e 35% não confiam nada nas redes sociais. Quanto aos meios de comunicação, destaca-se o alto percentual dos que mencionam que confiam pouco nesses meios (53%), contra cerca de um terço (32%) da população que declaram confiar nesses meios.

---

<sup>3</sup> Durante a entrevista, os textos padrão para abordagem dos entrevistados e explicação sobre a pesquisa não incluíam menção ao UNICEF como contratante. Contudo, a menção à contratação da pesquisa pelo UNICEF poderia ser feita caso o respondente questionasse.

Gráfico 01  
**PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS POR NÍVEL DE CONFIANÇA EM FONTES INFORMAÇÃO**  
*Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)*

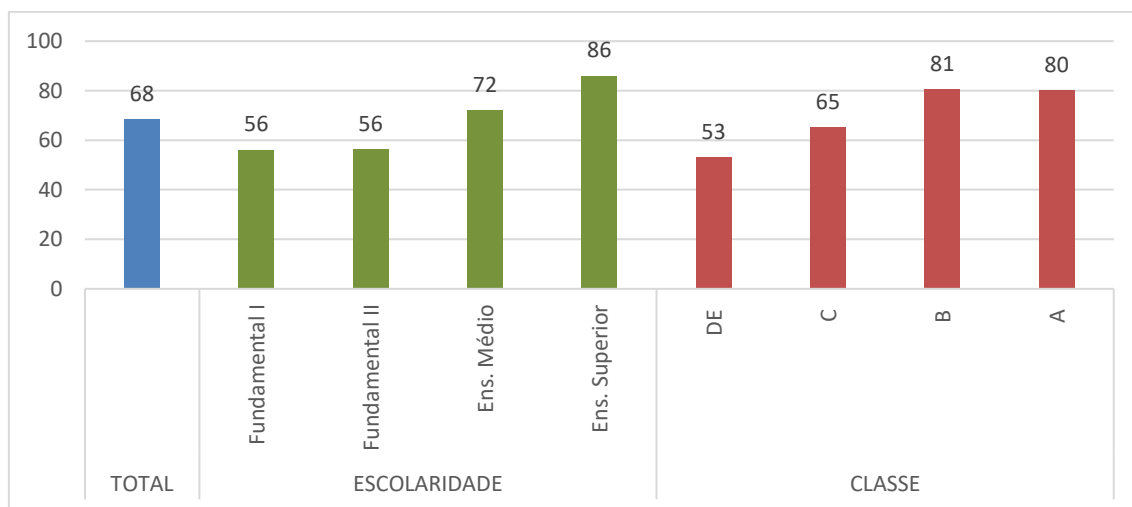


Esses resultados apresentaram algumas diferenças de acordo com o nível socioeconômico dos brasileiros. A proporção dos que afirmavam confiar ou confiar muito em cientistas e médicos, por exemplo, foi mais alta quanto maior a escolaridade e a classe dos indivíduos (gráfico 02), padrão que também se observa nos dados de confiança em informações da OMS e do UNICEF. Por outro lado, em relação aos aplicativos de mensagens, a pesquisa indica que as pessoas mais velhas tendem a confiar mais: entre a população com 55 anos ou mais, 15% mencionaram que confiam nessa fonte de informação, enquanto esse percentual foi de apenas 5% entre pessoas entre 18 a 24 anos. De maneira semelhante, também se observa maior proporção dos que confiam ou confiam muito em aplicativos de mensagens quanto menor a escolaridade dos indivíduos, com percentuais que passam de 8% entre indivíduos com Ensino Superior para 17% entre brasileiros que estudaram no máximo até o Ensino Fundamental I.



Gráfico 02

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE MENCIONARAM QUE CONFIAM OU CONFIAM MUITO EM CIENTISTAS E MÉDICOS, POR ESCOLARIDADE E CLASSE  
*Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)*



Além disso, a pesquisa identificou que 43% das pessoas com 18 anos ou mais acreditavam ter recebido informações incorretas, falsas ou enganosas sobre a COVID-19 na semana anterior à realização da entrevista, dado que também foi coletado apenas na segunda rodada da pesquisa. Nesse indicador, verifica-se que quanto maior o nível de escolaridade, maior a incidência dos que informavam que haviam recebido algum tipo de informação falsa, enganosa ou incorreta sobre a COVID-19, com percentuais que variaram de 56% entre os com Ensino Superior, a 34% entre aqueles que com até o Ensino Fundamental I. Tal resultado possibilita levantar a hipótese de que parte da população não consegue ou não sabe como identificar uma informação falsa, o que pode ser mais comum entre a população menos escolarizada, e pode afetar a percepção dessa população sobre a veracidade das informações recebidas. Em relação à proporção dos que afirmavam que haviam recebido informações falsas sobre a COVID-19 na semana anterior à entrevista, também vale ressaltar que não foi identificada diferença significativa entre pessoas que residem (44%) e os que não residem com crianças ou adolescentes (42%).

Outra investigação incluída na segunda rodada da pesquisa a respeito das informações sobre a COVID-19 a que a população brasileira tem acesso foram os tipos de informações falsas, enganosas ou incorretas recebidas sobre a COVID-19 na semana de referência. Entre aqueles que afirmaram terem recebido essas informações, 79% informavam que elas tratavam sobre a gravidade da doença, 72% mencionavam que diziam respeito ao número de casos ou mortes e 67% diziam que receberam informações incorretas sobre vacinas contra a COVID-19. Nesse caso, a análise por escolaridade também evidencia diferenças entre os segmentos, com maiores percentuais entre os mais escolarizados. Em relação a informações falsas sobre vacinas, por exemplo, 80% daqueles com Ensino Superior mencionaram que receberam informações falsas, enquanto a proporção entre os que estudaram até o Ensino Fundamental I ficou próxima à metade dessa população (53%).

## SAÚDE

Aspectos relacionados à saúde da população durante o período da pandemia de COVID-19 são temas centrais para a compreensão dos impactos primários e secundários da doença, sobretudo na população mais vulnerável, como famílias com crianças ou adolescentes, e em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, uma vez que medidas de distanciamento social estão entre as mais importantes para a contenção da transmissão da doença enquanto não são disponibilizadas vacinas ou não são desenvolvidos medicamentos específicos, a pesquisa voltou a investigar a opinião da população com 18 anos ou mais sobre a importância de ações de distanciamento social contra a COVID-19. Na rodada de novembro de 2020 da pesquisa, 81% mencionaram que a quarentena ou o isolamento social é muito importante, proporção que se manteve estável em relação à rodada anterior (84%). O apoio a essa medida, apesar de não ter apresentado variações significativas entre as regiões brasileiras ou entre residentes e não residentes com crianças ou adolescentes, apresentou diferenças importantes de acordo com a situação socioeconômica dos brasileiros. O apoio ao isolamento social foi mais frequentemente considerado muito importante entre indivíduos nas classes DE (90%) ou com renda familiar de até um salário mínimo (86%), enquanto esses percentuais são significativamente mais baixos entre indivíduos da classe A (70%) ou com renda familiar superior a dez salários mínimos (71%), não obstante a maior parte dos indivíduos considerarem essas medidas importantes, independentemente do segmento.

Por outro lado, a percepção de importância do fechamento de escolas como uma medida de prevenção à COVID-19 apresentou diminuição significativa em relação ao observado na rodada anterior do estudo. Em julho de 2020, quando foi realizada a primeira rodada da pesquisa, 82% consideravam essa medida muito importante, ante 71% em novembro. Nesse caso, o percentual dos que consideram a medida muito importante também foi maior entre indivíduos com renda familiar de até um salário mínimo (75%) ou com renda de mais de um até dois salários mínimos (72%), ao passo que foi menor entre indivíduos com renda familiar superior a dez salários mínimos (59%).

Outra medida que apresentou redução do apoio da população entre julho e novembro de 2020 foi o fechamento de comércios, medida que já se destacava por ser considerada menos importante pela população. Em julho, 54% da população com 18 anos ou mais considerava essa medida de prevenção contra a COVID-19 muito importante, enquanto, em novembro, esse percentual diminuiu significativamente para 42%. Assim como as duas outras medidas analisadas na pesquisa, os resultados nos diferentes segmentos socioeconômicos mostram que os mais pobres tendem a apresentar maior apoio ao fechamento do comércio do que as pessoas com condições socioeconômicas mais favoráveis. A parcela dos que consideram a medida muito importante foi de 47% entre as pessoas com renda familiar de até um salário mínimo, e de 48% nas classes DE, ante 32% entre quem tem renda familiar superior a dez salários mínimos e 34% entre indivíduos de famílias de classe A.

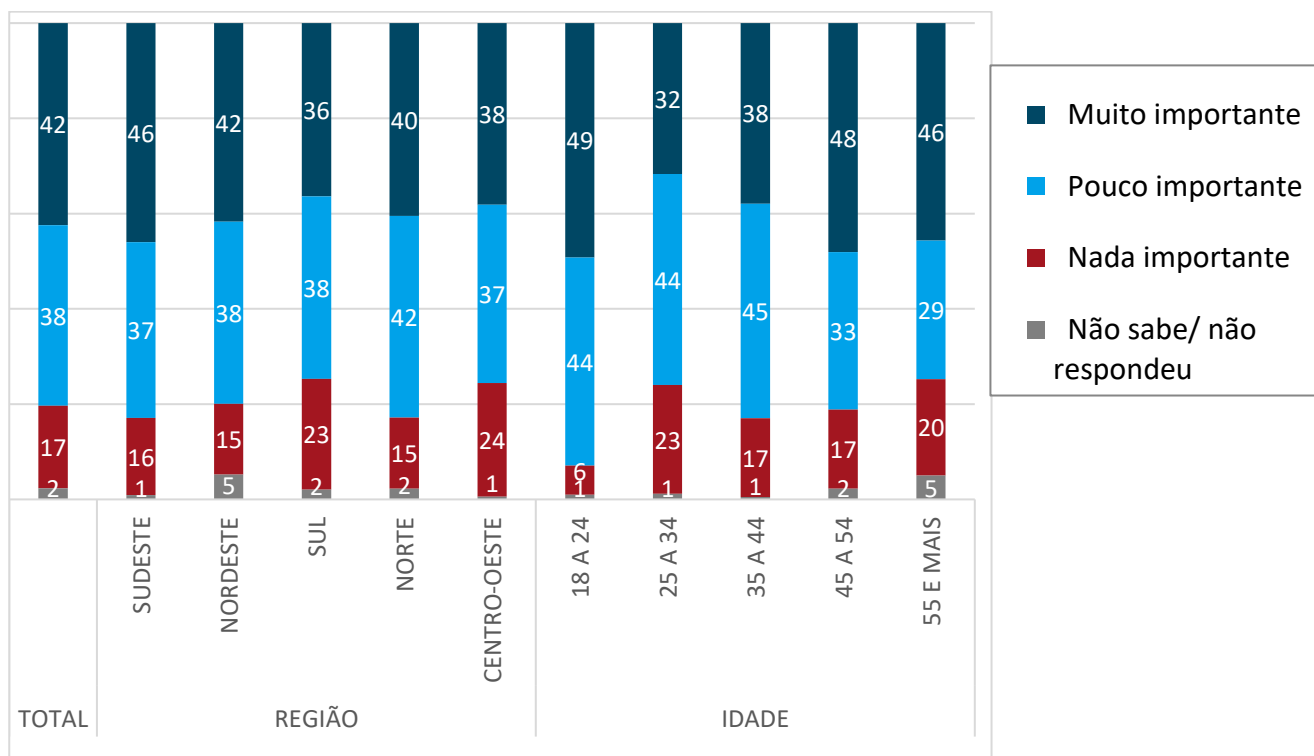
Entre as regiões do país, a percepção sobre o fechamento de comércios também apresentou variações principalmente entre a população na região Sudeste, entre a qual 46% mencionaram que apoiavam o fechamento do comércio, e a região Sul, onde 36% consideravam essa ação de prevenção muito importante. Entre as demais

regiões, contudo, foram observadas poucas diferenças. Em relação às faixas etárias, quase metade dos entrevistados entre 18 a 24 anos consideravam o fechamento do comércio muito importante (49%), proporção que contrasta principalmente com a observada entre as pessoas com idade entre 25 a 34 anos (gráfico 03).

Gráfico 03

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS POR PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO FECHAMENTO DO COMÉRCIO, POR REGIÃO E FAIXA ETÁRIA.

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais.(%)



Em novembro de 2020, quando foi realizada a segunda rodada da pesquisa, foi incluído um novo indicador para investigar a percepção da população com 18 anos ou mais sobre a importância da utilização de máscaras de proteção facial para prevenção contra a COVID-19. Para 91% da população, a utilização de máscaras de proteção facial era muito importante, o que caracteriza a medida como a que foi considerada mais importante para a prevenção contra a COVID-19, entre as quatro ações investigadas. Entre as mulheres, os percentuais foram maiores, chegando a 94%, ante 89% para homens. Vale também destacar as diferenças por renda familiar, uma vez que enquanto os percentuais entre pessoas com renda familiar de até um (94%) e mais de um a dois salários mínimos (93%) foram maiores, entre pessoas com renda familiar de mais de cinco a dez salários mínimos o percentual foi menor (85%).

Dentre os temas relacionados à saúde abordados na pesquisa, foi investigada a presença dos sintomas da COVID-19 entre pessoas com 18 anos ou mais residentes no domicílio durante o período da pandemia causada pela doença no Brasil. Em julho

de 2020, na primeira rodada da pesquisa, 30%<sup>4</sup> dos entrevistados mencionaram que eles ou algum morador do domicílio sentiu algum dos sintomas investigados na pesquisa. Em novembro, esse percentual foi significativamente maior (36%), apresentando diferença significativa entre pessoas que residem com crianças ou adolescentes (53%) e que não residem com esse público (42%).

A pesquisa ainda revela que, em novembro 2020, 26% dos brasileiros com 18 anos ou mais informaram que a tosse foi um dos sintomas observados entre os moradores do domicílio desde o carnaval de 2020, quando surgiu o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, sintoma mais frequente entre os analisados. Outros sintomas foram identificados em cerca de um quinto da população, como alteração ou perda do paladar (21%), alteração ou perda de olfato (20%) e febre com temperatura acima de 37,5 graus celsius (20%). Os menos mencionados foram falta de ar ou dificuldade para respirar (16%) e dor no peito (12%). Em relação aos resultados da primeira rodada da pesquisa, de julho de 2020, todos os sintomas investigados foram mais mencionados em novembro, exceto dor no peito. Contudo, esse movimento é esperado, uma vez que em novembro o período de referência para a questão (desde o carnaval de 2020) foi mais longo do que na primeira rodada da pesquisa.

Entre os brasileiros que mencionaram que eles ou algum morador do domicílio tiveram algum dos sintomas de COVID-19 investigados, 70% informaram que buscaram uma pessoa ou serviço em decorrência desses sintomas. A busca por um médico nessas situações foi a mais mencionada (63%), com maior proporção entre pessoas com renda familiar entre mais de dois a cinco salários mínimos (71%), seguido por pessoas com renda familiar de mais de cinco até dez salários mínimos (69%), enquanto 51% das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo mencionaram que buscaram esse tipo de atendimento. Além de médicos, se destacam a busca de atendimento por equipe de saúde da família (30%) e agente comunitário de saúde (20%), que apresentou um acréscimo de oito pontos percentuais em relação à rodada anterior, realizada em julho de 2020. Outras pessoas ou serviços foram menos citadas, permanecendo estáveis em relação a julho, como o contato com um líder comunitário (12%), líder religioso (10%), serviços de emergência (6%) e visitantes do programa Criança Feliz (2%).

Ainda entre os que tiveram algum sintoma de COVID-19, a pesquisa aponta que 54% fizeram algum teste para saber se tiveram infecção pelo coronavírus, proporção maior do que a observada na rodada anterior (24%). Entre os que fizeram algum teste, 64% mencionaram que tiveram resultado positivo, o que representa 12% da população, cerca de 19 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais. Conforme esperado, esses resultados também apresentaram acréscimos importantes em relação à rodada de julho de 2020, quando 38% dos que haviam feito testes tiveram

---

<sup>4</sup> A lista de sintomas da COVID-19 investigados pela pesquisa foi reduzida entre a primeira e a segunda rodada. Para fins de comparação, foram considerados para o cálculo do dado referente à primeira rodada apenas os sintomas que foram aplicados na segunda rodada da pesquisa, ou seja: Febre com temperatura acima de 37,5 graus celsius, tosse, falta de ar ou dificuldade de respirar, alteração ou perda do olfato, alteração ou perda do paladar e dor no peito.

resultado positivo, proporção que, no total da população com 18 anos ou mais, representava 4%.

Além disso, 62% mencionaram que têm ou residem com pessoas que têm comorbidades pré-existentes. Estima-se que este percentual represente 96 milhões de brasileiros, ficando estável em relação ao resultado de julho de 2020 (65%). A rodada de novembro revela que a presença de comorbidades foi mais frequente entre indivíduos com 55 anos ou mais (74%), seguido por pessoas entre 44 a 55 anos (68%), e menos frequente entre os com 25 a 34 anos (46%). Entre as comorbidades investigadas, as mais mencionadas foram a hipertensão (37%), diabetes (22%) e asma ou alguma outra doença respiratória (22%).

Outro tema que voltou a ser analisado pela pesquisa foi o acesso a planos de saúde, dado que ser beneficiário ou titular de algum plano de saúde facilita o acesso a atendimento médico em hospitais ou clínicas particulares. Enquanto em julho de 2020, 41% mencionavam que eram titulares ou beneficiários de planos de saúde, em novembro, 35% das pessoas com 18 anos ou mais tinham acesso a esse serviço, sendo que a taxa de cobertura de planos privados de saúde no Brasil para novembro de 2020 publicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foi de 24%<sup>5</sup>.

Assim como foi observado na primeira rodada da pesquisa, em novembro de 2020 o acesso a planos de saúde foi maior entre pessoas com melhores condições econômicas ou maior de nível de ensino, alcançando 72% na classe A e a 63% entre os que estudaram até o Ensino Superior, percentuais significativamente superiores aos observados entre indivíduos de famílias de classes DE (12%) e que estudaram até o Ensino Fundamental I (21%) e Ensino fundamental II (19%). Os resultados da segunda rodada também indicam maior presença de beneficiários de planos de saúde entre residentes do Centro-Oeste (45%) e do Sudeste (41%), enquanto o serviço chegava a uma parcela menor da população nas regiões Sul (32%), Nordeste (28%) e, sobretudo, Norte (20%).

## **Vacinas**

Também no âmbito da saúde, a pesquisa sobre Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes investigou, apenas nessa segunda rodada, a opinião dos brasileiros sobre o tempo que levarão para tomar uma vacina contra a doença assim que ela estiver disponível. Entre brasileiros com 18 anos ou mais, 48% tomariam a vacina apenas depois que muitas outras pessoas fossem vacinadas, e cerca de 40% dos entrevistados mencionaram que tomariam a vacina imediatamente. Considerando o total das pessoas que tomariam a vacina, independentemente do momento, o percentual representa 88% da população com 18 anos ou mais. Por outro lado, 10% dos entrevistados mencionaram que nunca tomariam a vacina, com incidência maior entre pessoas pertencentes às classes C (11%) e DE (13%), e entre indivíduos com escolaridade até o Ensino Fundamental I (12%), ao passo que a incidência foi menor entre indivíduos de classe A (8%), B (6%) e entre aqueles com Ensino Superior (6%). Os percentuais dos que tomariam

---

<sup>5</sup> Mais informações em <https://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acessado em 06 de janeiro de 2021.

a vacina também apresentam variações importantes de acordo com o gênero e a faixa etária dos indivíduos.

A parcela dos que tomariam a vacina só depois que muitas outras pessoas fossem vacinadas foi maior entre mulheres (53%) do que entre homens (42%), assim como foi maior entre os mais novos, sobretudo entre pessoas com idade entre 18 a 24 anos (59%), e menor entre pessoas com 55 anos ou mais (40%). Já aqueles que tomariam a vacina imediatamente representavam uma parcela maior dos indivíduos de famílias com nível socioeconômico mais alto, como na classe A (51%), com renda familiar superior a dez salários mínimos (52%) e que estudaram até o Ensino Superior (50%), enquanto foram menos frequentes nas classes DE (32%), entre indivíduos com renda familiar de até um salário mínimo (32%) e que estudaram até o Ensino Fundamental II (34%). Não foram observadas diferenças significativas nesse indicador entre as regiões brasileiras.

### **Saúde mental**

A segunda rodada da pesquisa também investigou uma série de sintomas relacionados a transtornos mentais apresentados durante a pandemia de COVID-19. Foi investigado se algum dos moradores sentiu algum dos sintomas e, para aqueles que residem com adolescentes, se os adolescentes sentiram algum dos sintomas abordados.

O sintoma mencionado com mais frequência foram as preocupações exageradas com o futuro, que afetaram os residentes de domicílios de 45% dos brasileiros com 18 anos ou mais, com incidência maior entre pessoas com renda familiar de até um salário mínimo (55%) e mais baixa entre quem tem renda familiar superior a dez salários mínimos (40%). Outros sintomas que afetaram os residentes em domicílios de mais de 30% dos brasileiros foram alterações no sono como insônia ou excesso de sono (38%), mudanças repentinas de humor e irritabilidade (33%) e diminuição do interesse em atividades corriqueiras (Gráfico 04). Ainda entre a população com 18 anos ou mais, 13% informaram que sentiram ou alguma das pessoas com quem residiam sentiu apenas um sintoma, e 53% informaram que sentiram dois sintomas ou mais. No total, 66% sentiram algum sintoma, especialmente as mulheres (74%) e pessoas que estavam ocupadas antes da pandemia e não estavam mais no momento da entrevista (85%).

Gráfico 04

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE MENCIONARAM SINTOMAS RELACIONADOS A TRANSTORNOS MENTAIS APRESENTADOS DURANTE A PANDEMIA POR ALGUM DOS MORADORES (Novembro/2020)

Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)

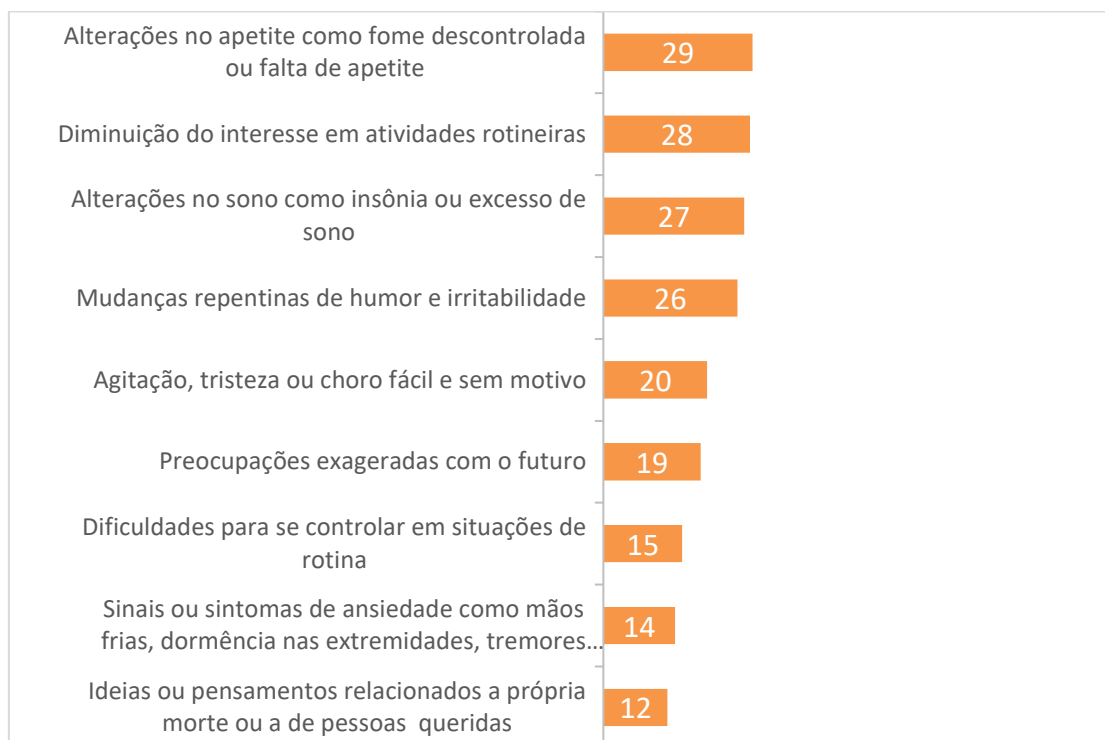


Já entre os que residem com adolescentes com 11 a 17 anos, a pesquisa também investigou se algum adolescente do domicílio sentiu sintomas relacionados a transtornos mentais. Dentre esse público, os sintomas mais frequentes durante a pandemia de COVID-19 foram alterações no apetite como fome descontrolada ou falta de apetite (29%), seguido por diminuição do interesse em atividades rotineiras (28%) e alterações no sono como insônia ou excesso de sono (gráfico 05). Entre as pessoas que residem com adolescentes no domicílio, cerca de 16% mencionaram que esses adolescentes tiveram apenas um dos sintomas investigados e 39% mencionaram dois sintomas ou mais. De modo que, no total, 54% mencionaram que algum adolescente com quem moravam havia apresentado algum dos sintomas relacionados à saúde mental investigados pela pesquisa.

Gráfico 05

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE MENCIONARAM SINTOMAS RELACIONADOS A TRANSTORNOS MENTAIS APRESENTADOS DURANTE A PANDEMIA POR ALGUM ADOLESCENTE DO DOMICÍLIO

Percentual sobre o total de brasileiros residentes com crianças ou adolescentes com 11 a 17 anos (%)



## ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

De acordo com recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros órgãos de saúde, hábitos de higiene como a lavagem das mãos são fundamentais para a redução do risco de contágio do coronavírus e de desenvolver a COVID-19. Nesse contexto, para identificar se a população tem condições adequadas de seguir esses hábitos em seus domicílios, a pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes voltou a investigar, nessa segunda rodada, a presença de saneamento básico nos domicílios dos brasileiros, assim como o acesso a programas de distribuição de produtos de higiene e limpeza pela população.

Em novembro de 2020, 83% dos brasileiros com 18 anos ou mais residiam em domicílios em que a água era proveniente da rede geral de distribuição, percentual no mesmo patamar observado na rodada de julho de 2020 (84%). Outros tipos de origem foram menos comuns, com destaque para indivíduos residentes em domicílios cuja água provém de um poço ou nascente (12%). Entre as regiões brasileiras, a maior diferença em relação aos dados totais encontra-se na região Norte, em que a proporção dos indivíduos que residem em domicílios com acesso a água por rede geral de distribuição é mais baixa do que em outras regiões (55%), e há maior proporção de residentes em domicílios com água proveniente de poço ou nascente (39%). Vale ressaltar que o percentual de indivíduos residentes em domicílios com água proveniente de poço ou nascente também foi superior entre indivíduos de classes DE (27%) em relação às demais classes, segmento em que também foi menor



a parcela dos residentes em domicílios com água proveniente da rede geral de distribuição (66%).

Quanto ao destino do esgoto nos domicílios, a pesquisa revela que, em novembro de 2020, 67% dos brasileiros com 18 anos ou mais viviam em domicílios com acesso à rede geral de esgoto ou rede pluvial, percentual estável em relação a julho de 2020 (68%). Esse percentual varia entre as regiões do país, sendo maior na região Sudeste (82%), ficando em um patamar inferior nas regiões Sul (65%), Nordeste (60%) e Centro-Oeste (54%), e sendo menos frequente na região Norte (30%). Além disso, a proporção de indivíduos residentes em domicílios com acesso à rede geral de esgoto diminui à medida que diminui a classe, alcançando 78% entre indivíduos de classe A enquanto apenas 50% dos brasileiros de classes DE têm acesso a esse tipo de destinação do esgoto. Por outro lado, a fossa séptica, segundo meio de destinação do esgoto mais comum no Brasil (16%), está mais presente sobretudo no Norte (40%) e Centro-Oeste (26%), e nos domicílios das classes DE (23%).

Observa-se que o percentual dos que residem em domicílios com acesso à rede geral de esgoto não varia de maneira significativa entre não residentes (70%) e residentes com crianças ou adolescentes (64%), assim como não houve diferença na presença de fossa séptica entre residentes com crianças ou adolescentes (19%) e entre não residentes com esse público (14%).

Já o acesso a programas de distribuição de itens de higiene e limpeza apresentou uma proporção estável em novembro de 2020 (11%) em relação a julho (8%), permanecendo pouco frequente. O acesso a esses programas foi mais frequente sobretudo na região Nordeste (17%), enquanto nas demais regiões o percentual de brasileiros que tiveram acesso a esses programas ficou mais próximo à média nacional. Considerando características sociodemográficas da população, destacam-se as diferenças por escolaridade: a proporção dos que tiveram acesso a programas de distribuição de produtos de higiene e limpeza foi de 16% entre indivíduos que estudaram até o Ensino Fundamental I, com redução à medida que aumenta a escolaridade, chegando a 8% entre indivíduos com Ensino Superior. Por outro lado, o indicador não apresentou diferença significativa entre residentes com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (13%) e não residentes com pessoas nessa faixa etária (10%).

Ainda em relação aos programas de distribuição de produtos de higiene e limpeza, o acesso a tais serviços foi pouco comum independentemente da origem dos programas. Programas do governo foram os mais citados (7%), mas em patamar semelhante ao observado para instituições religiosas, organizações não governamentais e programas de outras origens, os três mencionados por 4% da população.

## **RENDA FAMILIAR**

Em continuidade ao trabalho desenvolvido na primeira rodada do estudo, a investigação dos impactos da pandemia de COVID-19 na renda familiar da população brasileira se deu a partir de indicadores sobre fontes de renda, sendo a principal delas o trabalho, e a percepção de diminuição da renda familiar desde o início da pandemia.

Em novembro de 2020, 55% dos brasileiros com 18 anos ou mais afirmavam que sua renda familiar havia diminuído desde o início da pandemia, mesmo percentual

observado na primeira rodada da pesquisa, e que representa aproximadamente 86 milhões de brasileiros. Assim como foi identificado na primeira rodada, a percepção de diminuição da renda familiar durante a pandemia varia de acordo com segmentos socioeconômicos e demográficos da população. Entre residentes com crianças ou adolescentes, foi maior a proporção dos que tiveram redução na renda durante a pandemia (61%) quando comparados aos não residentes com crianças ou adolescentes (50%). Além disso, a diminuição de renda foi mais frequentemente relatada quanto menor o nível da renda familiar e a classe socioeconômica dos indivíduos, com proporções que passam de cerca de um terço dos indivíduos de classe A (32%) ou com renda familiar de mais de dez salários mínimos (35%) para cerca de dois a cada três indivíduos de classes DE (66%) e renda familiar de até um salário mínimo (69%).

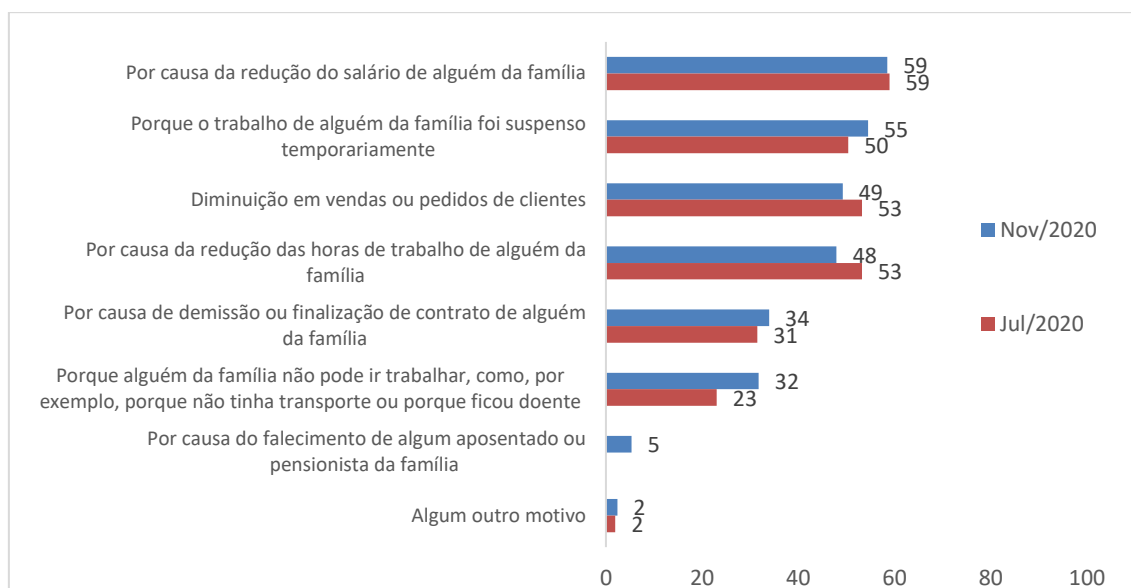
Quando analisado o volume da redução da renda entre os que identificaram que a renda familiar diminuiu, constata-se novamente o maior impacto entre segmentos menos favorecidos economicamente. Entre os indivíduos com renda familiar superior a cinco salários mínimos e que indicam que a renda familiar diminuiu, a maior parte (66%) revelou que menos da metade de sua renda familiar diminuiu, proporção que, entre indivíduos com renda familiar de até um salário mínimo, foi de apenas 26%. Por outro lado, ainda entre os que relataram diminuição da renda, a proporção dos que mencionaram que a renda familiar diminuiu totalmente chegou a 15% entre indivíduos de famílias com renda familiar de até um salário mínimo, e a apenas 1% entre indivíduos com renda familiar de mais de cinco salários mínimos.

A pesquisa também aponta que, em novembro, 23% dos brasileiros com 18 anos ou mais deixaram de pagar alguma conta de gás ou luz, ou residiam com alguém nessa situação, proporção que aumentou desde julho/20 (18%). Assim como identificado em julho, em novembro foram observadas desigualdades relevantes nesse indicador, com proporções mais altas sobretudo no Norte (35%), entre indivíduos de classes DE (33%) com renda familiar de até um salário mínimo (38%) e entre indivíduos que estavam trabalhando antes da pandemia, mas passaram a não estar mais ocupados (40%).

Entre os motivos para redução da renda familiar em seus domicílios, mantiveram-se como mais citados a redução do salário de alguém da família, a suspensão do trabalho de algum morador, a diminuição de vendas ou pedidos de clientes ou redução de horas de trabalho de alguém da família, com percentuais que permaneceram estáveis em relação à primeira rodada do estudo (Gráfico 06). O único motivo que apresentou variação significativa entre julho e novembro de 2020 foi a impossibilidade de ir trabalhar, como por falta de transporte ou por doença, que passou de 23% em julho para 32% em novembro.

Gráfico 06

MOTIVOS PARA DIMINUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR (Julho e Novembro de 2020)  
*Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais que relataram que a renda familiar diminuiu desde o início da pandemia de COVID-19 (%)*



Em novembro, foram observadas diferenças em alguns desses motivos de acordo com a classe socioeconômica dos indivíduos. Enquanto a suspensão de trabalho de alguém da família afetou principalmente os indivíduos das classes C (59%) e DE (55%), a frequência de menção a esse motivo é menor entre indivíduos das classes B (49%) e A (35%). Da mesma forma, a impossibilidade de trabalhar foi motivo para redução da renda familiar de 44% dos indivíduos de classes DE que tiveram a renda reduzida durante a pandemia, proporção que diminui conforme aumenta o nível socioeconômico, chegando a apenas 9% entre indivíduos na classe A. Por outro lado, a diminuição em vendas ou pedidos de clientes foi o motivo mais comum para redução da renda familiar entre indivíduos das classes A (68%) e B (60%), e foi menos mencionada entre brasileiros das classes C (45%) e DE (42%) que tiveram redução na renda familiar no período da pandemia de COVID-19.

Ainda em relação aos motivos para redução da renda familiar, vale ressaltar que em novembro a pesquisa revelou diferenças entre residentes e não residentes com crianças ou adolescentes na proporção dos que apontam a redução do salário de alguém da família como fator para redução da renda familiar (64% entre residentes, frente a 54% entre não residentes), bem como a diminuição em vendas ou pedidos de clientes (54% entre residentes com crianças ou adolescentes contra 44% entre não residentes).

A situação de trabalho, fonte principal da maior parte da renda familiar dos brasileiros, também foi investigada em detalhes na pesquisa. Na rodada de novembro, observou-se que 63% dos brasileiros estavam trabalhando antes do início da pandemia de COVID-19, número estável em relação ao percentual de 64% observado na rodada de julho/20, e que representa aproximadamente 99 milhões de brasileiros. Entre esses trabalhadores ativos antes da pandemia, mais da metade trabalhavam de maneira informal, sem carteira assinada (56%), enquanto 44% tinham carteira assinada. Já entre aqueles que não estavam trabalhando antes do

início da pandemia, mais de três a cada quatro (78%) não estavam procurando emprego, enquanto 22% estavam.

Considerando o momento da realização da entrevista como referência, em novembro, 56% estavam trabalhando, proporção que foi mais alta do que a observada em julho/20 (50%), e que equivale a cerca de 87 milhões de brasileiros. A segunda rodada da pesquisa também revela que a proporção de indivíduos trabalhando aumenta quanto maior a classe socioeconômica, alcançando 76% entre indivíduos de classe A, e 39% entre aqueles de classes DE. Entre os que não estavam trabalhando no momento da pesquisa, 20% estavam procurando emprego, e 80% não estavam, indicador que apresenta variação principalmente de acordo com a raça dos indivíduos, uma vez que entre negros que não estavam trabalhando, 27% estavam procurando emprego, percentual que é de 14% entre a população branca.

A partir dos indicadores sobre trabalho antes da pandemia e no momento da entrevista, a pesquisa traz novamente dados de variação da ocupação com a pandemia. Em novembro/20, 14% dos brasileiros indicavam que estavam trabalhando antes do início da pandemia, mas que não estavam mais trabalhando no momento da entrevista, percentual que se manteve estável em relação a julho (17%). Entre esse segmento, em que há indícios de maior impacto da pandemia na ocupação, novamente foram identificadas desigualdades de acordo com o perfil socioeconômico dos indivíduos. A proporção dos que estavam trabalhando antes da pandemia, mas estavam sem trabalhar no momento da entrevista foi maior entre indivíduos de classes DE (18%), residentes com crianças ou adolescentes (17%) e entre negros (16%), ao passo que foi menor entre brancos (11%), não residentes com crianças ou adolescentes (12%) e, sobretudo, entre indivíduos pertencentes a famílias de classe A (5%).

Por outro lado, o segmento em que há maior estabilidade na ocupação, aqueles que estavam trabalhando antes da pandemia e continuavam nessa situação no momento da entrevista, representa uma parcela significativamente maior dos indivíduos de classe A (71%) do que aqueles das classes DE (31%), o que reforça a maior vulnerabilidade no trabalho entre a população de classes mais baixas. Considerando o total dos brasileiros com 18 anos ou mais, 49% estavam trabalhando antes da pandemia e continuavam na mesma situação no momento da entrevista, 30% estavam sem trabalhar tanto antes do início da pandemia quanto no momento da entrevista e 7% não estavam trabalhando antes da pandemia, mas trabalhavam no momento da entrevista, proporções que seguiram estáveis em relação à primeira rodada do estudo, em julho.

Os impactos das variações na ocupação durante a pandemia ficam ainda mais evidentes quando analisados em contraste com o indicador sobre percepção de redução da renda familiar. A proporção dos que indicam que a renda familiar diminuiu desde o início da pandemia de COVID-19 chegou a 83% entre os brasileiros que estavam trabalhando antes desse período e não estavam mais no momento da entrevista, enquanto nos demais segmentos as proporções foram mais próximas à média da população, variando de 45% entre os que não estavam trabalhando antes da pandemia e continuavam sem trabalhar no momento da entrevista a 65% entre os que estavam trabalhando no momento da entrevista, mas não estavam antes da pandemia.

O impacto trazido pela pandemia para a renda familiar dos brasileiros se dá em um momento em que está sendo observada uma tendência global à ampliação da informalização do mercado de trabalho, atrelada a novas formas de organização das relações de trabalho, de autogerenciamento e controle, que se relacionam diretamente com o trabalho mediado por plataformas digitais que podem mapear todo o processo produtivo, fenômeno que passou a ser denominado como uberização do trabalho (ABILIO, 2020). Além disso, nesse processo também ocorre o “deslizamento da identidade profissional do trabalho para a de *trabalho amador*, componente poderoso desse novo tipo de informalização do trabalho” (Ibid., p. 114). Em alguma medida, esse fenômeno está relacionado com o resultado revelado pela pesquisa de que mais da metade da população com 18 anos ou mais que estava trabalhando antes do início da pandemia trabalhava sem carteira assinada. Assim, abre-se espaço para o desenvolvimento de mais investigações a respeito da intensificação desse processo durante a pandemia, em decorrência da forte redução da renda familiar da maior parte da população observada no período.

Nesse contexto de forte impacto da pandemia na renda familiar dos indivíduos, principalmente por fatores relacionados ao trabalho, o auxílio emergencial do Governo Federal, aprovado em abril de 2020, foi um importante instrumento para redução dos danos da abrupta redução da atividade econômica durante a pandemia<sup>6</sup>. De acordo com a pesquisa, a proporção de brasileiros com 18 anos ou mais que pediram o auxílio ou residem com pessoas que fizeram o pedido, que em julho/20 era de 46%, chegou a 53% em novembro, o que equivale a cerca de 83 milhões de brasileiros. Os pedidos do auxílio emergencial foram mais comuns entre negros (59%) do que entre brancos (47%), assim como houve maior proporção de indivíduos que solicitaram o auxílio entre residentes com crianças ou adolescentes com até 17 anos (59%) do que entre não residentes com esse público (48%).

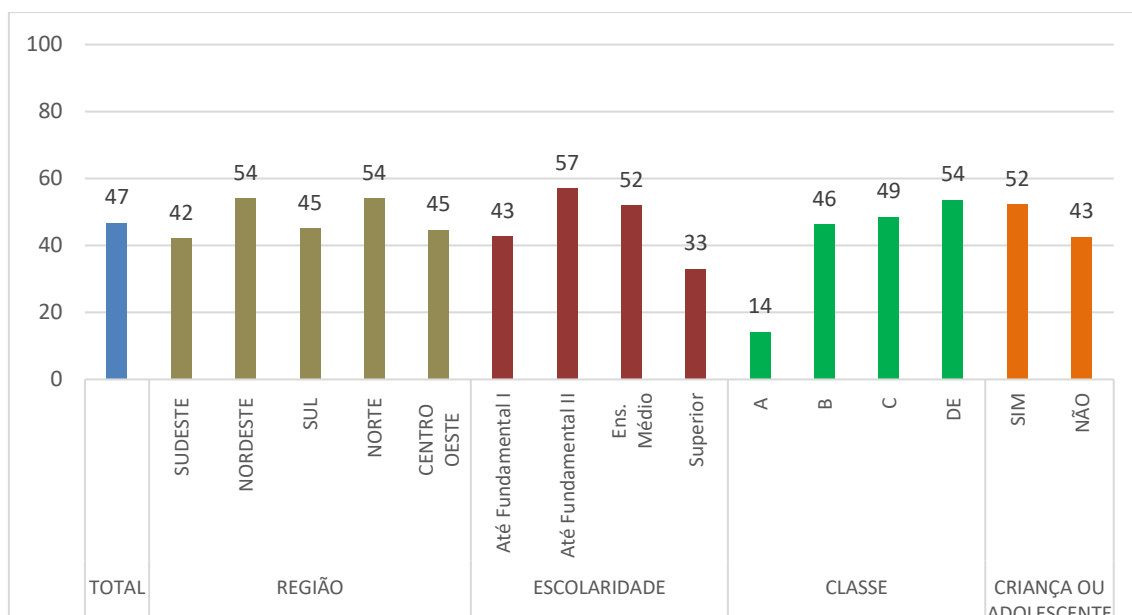
Entre os que solicitaram o auxílio emergencial do governo federal, a grande maioria recebeu alguma parcela do pagamento (88%), enquanto em julho/20 essa proporção era de 75%. Do total da população com 18 anos ou mais, enquanto em julho 34% haviam recebido o auxílio emergencial, em novembro quase a metade (47%) receberam ou residiam com pessoas que receberam a auxílio. O pagamento atingiu uma maior parcela de indivíduos nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo quando comparadas com a região Sudeste, além de terem sido mais comuns entre residentes com crianças ou adolescentes, indivíduos com escolaridade intermediária ou baixa e entre classes socioeconômicas B, C e, sobretudo, DE (Gráfico 07).

---

<sup>6</sup> De acordo com o Sistema de Contas Nacionais do IBGE, até o terceiro trimestre de 2020 as variações trimestrais do PIB brasileiro haviam sido negativas, com reduções de 0,3% no primeiro trimestre, 10,9% no segundo e 3,9% no terceiro trimestre de 2020. Mais informações em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados> . Acesso em 21/12/2020.

Gráfico 07

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE RECEBERAM OU RESIDEM COM PESSOAS QUE RECEBERAM O AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO FEDERAL (Novembro de 2020)  
*Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos (%)*



A pesquisa também investigou a quantidade de parcelas do auxílio recebidas. Até o momento da realização da pesquisa, 30% dos indivíduos que receberam ou que residiam com alguém que recebeu o auxílio emergencial haviam recebido cinco parcelas do auxílio, 19% haviam recebido quatro parcelas, 18% seis parcelas, 15% receberam três parcelas e 7% receberam até duas parcelas. Considerando os indivíduos que solicitaram o auxílio mas não receberam, o motivo mais citado para isso foi que o pedido não foi aceito (81%).

Ainda no tocante à renda familiar dos brasileiros, a pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes também abordou outras fontes de renda além do trabalho, assim como foi feito na rodada de julho/20. O indicador apresentou poucas variações em relação a julho/20, permanecendo a aposentadoria ou pensão (35%) a outra fonte mais comum de renda entre os itens investigados. Também houve destaque para outros benefícios do governo federal, estadual ou municipal (21%), além do bolsa família (13%) e outros rendimentos como aluguel, arrendamento, previdência privada ou outros (11%). Continuaram menos citados a pensão alimentícia ou mesada recebida de pessoa que não reside na mesma casa (6%), o Benefício de Prestação Continuada (4%) e o seguro desemprego (3%). As fontes de renda além do trabalho também apresentam importantes variações de acordo com características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos. Destaca-se, por exemplo, a proporção de indivíduos que recebiam ou residiam com pessoas que recebiam o Bolsa Família, no Norte (23%) e Nordeste (22%), enquanto os percentuais nas outras regiões não ultrapassam os 10%. O benefício também está significativamente mais presente entre indivíduos que residem com crianças ou adolescentes (20%) do que entre não residentes (8%), reflexo dos critérios para inclusão das famílias no programa.

Levando em consideração a classe socioeconômica dos indivíduos, a menção ao Bolsa Família foi mais frequente quanto mais baixa a classe, alcançando 30% dos indivíduos

de classes DE, e apenas 1% de indivíduos de classe A, conforme esperado. O contrário ocorre com a aposentadoria ou pensão, mencionada por 45% dos indivíduos de classe A e por apenas 28% dos indivíduos de classes DE, além do recebimento de outros rendimentos como aluguel, arrendamento, previdência privada, bolsa de estudos ou outros, citados por 36% dos indivíduos de classe A e apenas 1% dos indivíduos de classes DE.

Nessa segunda rodada da pesquisa, outro tema investigado foi a utilização do trabalho infantil durante a pandemia entre as famílias com crianças ou adolescentes com 5 a 13 anos. A pesquisa revela que entre os brasileiros com 18 anos ou mais que residiam com crianças ou adolescentes nessa faixa etária, 5% mencionavam que algum deles trabalhou ou fez bico em atividade remunerada desde o início da pandemia, e 9% indicavam que alguma criança ou adolescente nessa faixa etária ajudou durante pelo menos uma hora, sem remuneração, no trabalho remunerado de algum morador da casa<sup>7</sup>. Esses números indicam que a utilização do trabalho infantil como estratégia para mitigar a redução da renda familiar, ainda que tenha sido pouco mencionada, merece atenção e monitoramento de políticas públicas.

## **SEGURANÇA ALIMENTAR**

A pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes voltou a investigar a situação de segurança alimentar da população brasileira com 18 anos ou mais, levando em conta aspectos dos hábitos alimentares desse público e eventuais momentos de insegurança alimentar durante a pandemia da COVID-19 no país.

Nesta segunda rodada, mais da metade da população investigada (54%) afirmou ter mudado os hábitos alimentares em casa durante a pandemia, cinco pontos percentuais a mais do que os 49% registrados em julho de 2020, quando foi realizada a primeira rodada da pesquisa. As principais variações entre julho e novembro de 2020 ocorreram entre os homens (53% em novembro frente a 44% em julho), entre aqueles que não residem com crianças ou adolescentes (51% em novembro, ante 42% em julho), e entre pessoas na faixa etária de 55 anos ou mais (aumento de 36% em julho para 46% em novembro de 2020).

Os resultados de novembro indicam ainda que cerca de 67% das pessoas que residem na região Norte mudaram os seus hábitos alimentares durante o período de quarentena ou isolamento social, enquanto entre a população das demais regiões os percentuais ficaram próximos da média geral. Vale destacar que a mudança de hábitos alimentares foi mais mencionada por indivíduos nas faixas etárias intermediárias, como pessoas com idade entre 35 a 44 anos (63%) e 25 a 34 anos (58%), contrastando com os mais velhos, com 55 anos ou mais (46%). As mudanças de hábitos alimentares no período de quarentena ou isolamento social também afetaram mais as pessoas de baixa renda, como as com renda familiar de até um

---

<sup>7</sup> De acordo com dados do módulo da PNAD Contínua do IBGE sobre “Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019”, em 2019 havia cerca de 377 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Brasil, o que corresponde a 1% da população nessa faixa etária. O indicador usa o conceito de trabalho infantil da Organização Mundial do Trabalho, e foi divulgado em dezembro de 2020 em caráter experimental pelo IBGE. Mais detalhes em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=29652&t=sobre>. Acessado em 22 de dezembro de 2020.

(63%) e entre um a dois salários mínimos (60%), bem como os negros (60%), ao passo que pessoas com renda familiar entre mais de dois a cinco salários mínimos (43%) e os brancos (49%) foram menos afetados. Também foi identificada desigualdade quando analisados os resultados por pessoas que residem com crianças ou adolescentes (59%), que reportaram em maior proporção mudanças nos hábitos alimentares durante a pandemia do que os não residentes com esse público (51%).

O aumento entre julho e novembro na proporção daqueles que indicavam que os hábitos alimentares haviam mudado em casa durante a pandemia acompanha a tendência observada em outro indicador sobre hábitos alimentares no período. Entre a primeira e a segunda rodada do estudo, houve crescimento na menção ao aumento de consumo de alimentos industrializados e de refrigerantes, alcançando 29% em novembro, para ambos (gráfico 08). Já a variação observada entre julho e novembro no dado referente a alimentos preparados em restaurantes ou fast foods, de 16% para 21%, não foi significativa.

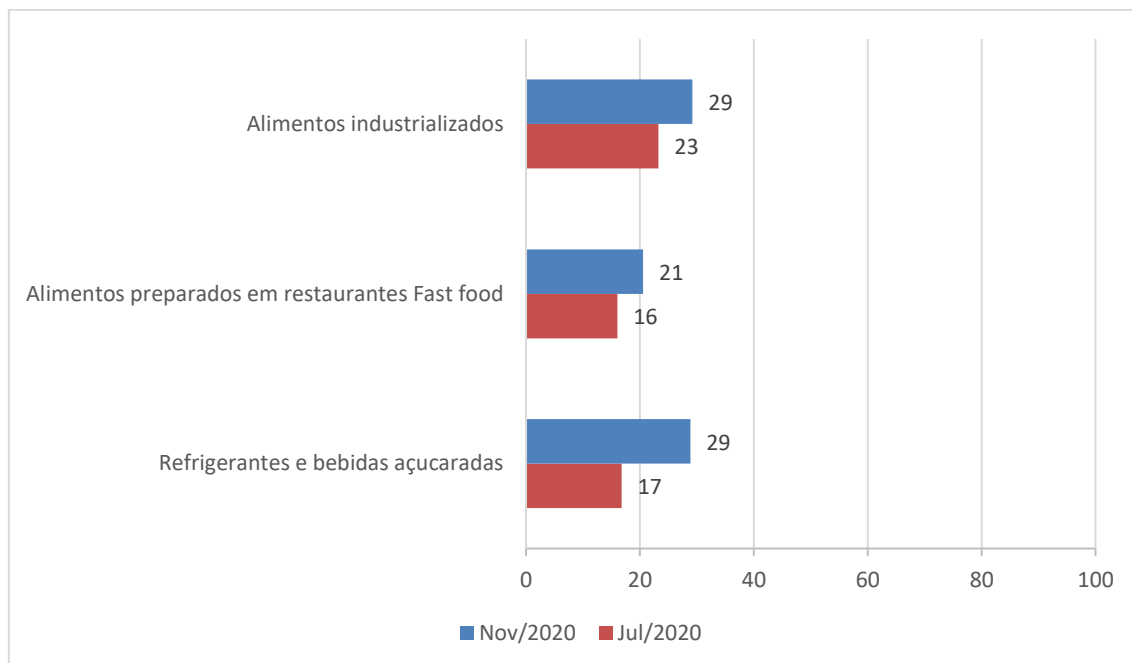
É importante destacar que, assim como na primeira rodada, o aumento do consumo de alimentos industrializados durante a pandemia continuou maior entre os residentes com crianças ou adolescentes (36%) do que entre os não residentes (24%). Além disso, os homens (33%) indicaram que estão consumindo mais alimentos industrializados do que as mulheres (25%), bem como as pessoas mais novas, com idade entre 18 a 24 anos (48%) comparado com os mais velhos, com 55 anos ou mais (18%). Já entre as regiões, 36% das pessoas com 18 anos ou mais que residem na região Nordeste mencionaram que estão consumindo mais alimentos industrializados, ante 19% no Sul.

O aumento do consumo de refrigerantes e bebidas açucaradas apresentou padrão semelhante, sendo maior entre os residentes com crianças ou adolescentes (34%) em comparação com aqueles que não residem com indivíduos nessa faixa etária (25%), bem como entre pessoas com 18 a 24 anos de idade (49%) que mencionaram mais frequentemente ter aumentado o consumo desses produtos do que pessoas com 55 anos ou mais (20%). Já entre as regiões, o menor percentual foi registrado no Sul (17%), enquanto nas demais regiões foram observados percentuais iguais ou superiores a 30%, com destaque para o Norte (37%). Finalmente, o aumento no consumo de refrigerantes durante a pandemia de COVID-19 foi mencionado com maior frequência entre indivíduos de famílias com melhores condições socioeconômicas, como aqueles pertencentes à classe B (37%) e com renda familiar entre dois a cinco salários mínimos (33%), enquanto os percentuais foram menores entre indivíduos das classes DE (21%) e com renda familiar de até um salário mínimo (24%).



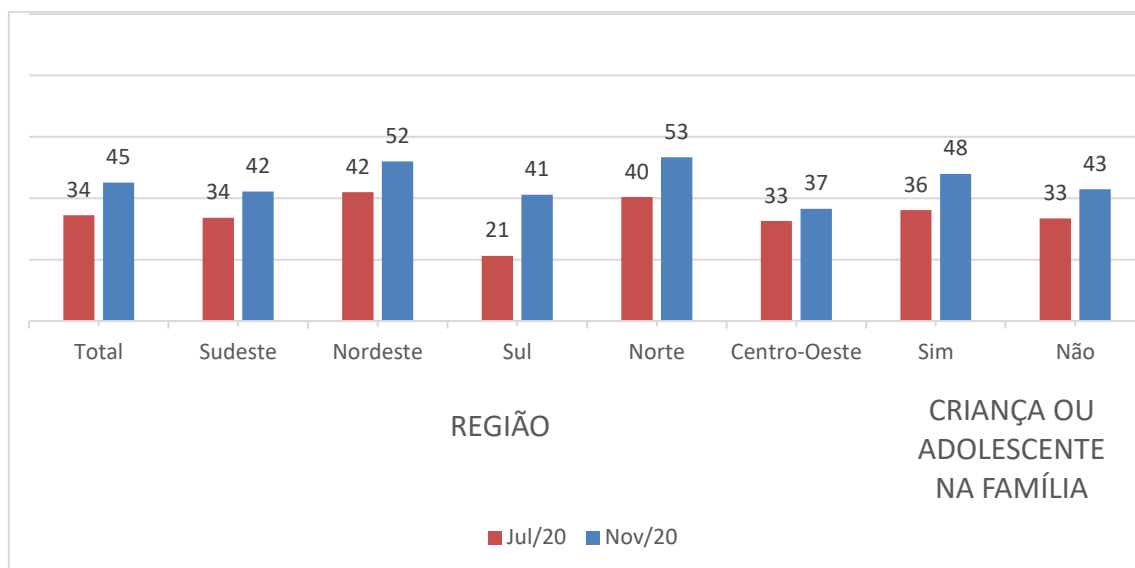
Gráfico 08  
 PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE INDICARAM TER AUMENTADO O CONSUMO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS, PREPARADOS EM RESTAURANTES OU FAST FOODS E REFRIGERANTES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 (Julho e Novembro de 2020)

Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



Além do aumento no consumo de alimentos industrializados entre julho e novembro de 2020, a pesquisa revela que houve um aumento significativo na proporção dos brasileiros que consumiram alimentos não industrializados em menor quantidade durante a pandemia - de 34% em julho para 45% em novembro de 2020, indicando uma piora na alimentação do brasileiro nesse período. Este aumento ficou mais evidente na região Sul, que praticamente dobrou a proporção dos que consumiram produtos não industrializados em menor quantidade (de 21% em julho para 41% em novembro de 2020), e entre os residentes com crianças ou adolescentes: em novembro, quase a metade (48%) da população brasileira acima de 18 anos residente com crianças ou adolescentes havia passado a consumir alimentos não industrializados em menor quantidade, proporção que era de 36% na primeira rodada.

Gráfico 09  
 CONSUMO DE ALIMENTOS NÃO INDUSTRIALIZADOS EM MENOR QUANTIDADE (Julho e Novembro de 2020)  
 Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos ou mais (%)



Ainda em relação à insegurança alimentar dos brasileiros, a pesquisa revela que, em novembro de 2020, 13%<sup>8</sup> declaravam que desde o início da pandemia alguém do domicílio havia deixado de comer porque não havia mais dinheiro para aquisição de alimentos – proporção que representa aproximadamente 21 milhões de brasileiros. A proporção de indivíduos que passaram por situações de insegurança alimentar durante a pandemia foi mais alta sobretudo na região Norte (23%), entre as classes DE (30%), com renda familiar de até um salário mínimo (30%) e os que estudaram até o Ensino fundamental I (20%). Por outro lado, esse indicador de insegurança alimentar foi mais baixo na região Sudeste (11%), entre indivíduos pertencentes à classe B (4%) e que estudaram até o Ensino superior (4%). Note-se que, entre os indivíduos que residem em domicílios com renda familiar acima de dez salários mínimos, a incidência de situações de insegurança alimentar foi de 0%. Ainda foi possível observar que a menção a momentos em que alguém no domicílio deixou de comer por falta de dinheiro para acesso aos alimentos durante a pandemia foi mais comum entre negros (17%) do que entre brancos (10%), e também foi particularmente mais frequente entre os que estavam trabalhando antes do início da quarentena ou isolamento social mas não estavam no momento da entrevista (33%), quando comparados às pessoas que estavam trabalhando no momento da entrevista

<sup>8</sup> Na segunda rodada da pesquisa, questionou-se se “Desde o carnaval, você ou alguém que mora com você deixou de comer porque não havia dinheiro para comprar mais comida?”. O indicador mais próximo a esse coletado na primeira rodada, em julho de 2020, foi: “Desde o carnaval, você ou alguém que mora com você teve fome e deixou de comer porque não havia dinheiro para comprar mais comida?”, cujo resultado foi de 6% para o total da população com 18 anos ou mais. Outros dois indicadores similares foram coletados apenas na rodada de julho de 2020: 21% da população brasileira afirmava ter passado por momentos em que os alimentos haviam acabado em casa sem dinheiro para reposição, e 6% afirmavam que algum morador havia deixado de fazer uma refeição porque não havia comida disponível, sem dinheiro para reposição.

e também antes da pandemia (9%). Já a diferença entre residentes (14%) e não residentes com crianças ou adolescentes (12%) não foi significativa.

Na segunda rodada, a pesquisa voltou a examinar entre residentes com crianças ou adolescentes a incidência de momentos de insegurança alimentar especificamente entre esse público. Em novembro, 8% dos residentes com indivíduos nessa faixa etária declararam que durante a pandemia de COVID-19 as crianças ou adolescentes passaram por momentos em que deixaram de comer por falta de dinheiro para adquirir alimentos, resultado estável em relação à rodada anterior (6%). Na classe DE, os que mencionaram que as crianças ou adolescentes passaram por essas situações representam 19%, mesmo patamar verificado entre aqueles com renda familiar de até um salário mínimo (21%), percentuais significativamente mais altos do que os observados entre indivíduos de classes B (2%) e C (8%), ou nas faixas de renda familiar de mais de um até dois (6%) e mais de dois até cinco salários mínimos (2%).

A pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes ainda aferiu o acesso a programas de distribuição de alimentos pela população entre julho e novembro de 2020. A maioria da população com 18 anos ou mais (90%) não havia recebido alimentos de nenhum programa de distribuição durante o período da pandemia, assim como na primeira rodada (92%), sendo que, em novembro, 5% citaram ter recebido alimentos de programas do Governo, ao passo que programas de outras instituições foram ainda menos mencionados.

## **EDUCAÇÃO**

O fechamento de creches e escolas adotado no Brasil a partir de março de 2020 para reduzir a propagação do vírus causador da COVID-19 trouxe uma realidade até então inédita aos alunos de escolas públicas e particulares por todo o país. No momento da realização da segunda rodada da pesquisa, em novembro de 2020, meses após este primeiro momento de interrupção das aulas presenciais, a reabertura das escolas<sup>9</sup> estava ocorrendo gradualmente em vários estados, de diferentes formas: seja somente para os anos finais da educação básica, na rede particular, ou para atividades extracurriculares, por exemplo.

Diante deste cenário de reabertura, a segunda rodada da pesquisa sobre os Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes traz novamente indicadores sobre as atividades escolares realizadas durante a pandemia incluindo, nesta rodada, informações sobre o processo de reabertura das escolas e a opinião dos residentes com crianças ou adolescentes sobre o momento de retorno às atividades presenciais.

Assim como na primeira rodada, foi verificado que a grande maioria (94%) dos residentes com crianças ou adolescentes em idade escolar (4 a 17 anos) mencionavam que elas estavam matriculadas em escolas de educação infantil, pré-

---

<sup>9</sup> Sobre o processo de reabertura das escolas, dois monitoramentos periódicos foram considerados: o levantamento realizado pela Federação Nacional de Escolas Particulares – FENEP. Mais informações em <https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/atualizacao-diaria-mapa-de-retorno-das-atividades-educacionais-presenciais-no-brasil/>. Acessado em 18 de dezembro de 2020.

E o monitoramento feito pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED. Mais informações em <https://consed.info/prazos/>. Acessado em 18 de dezembro de 2020.

escola, ensino fundamental ou ensino médio antes da pandemia. Entre estes, houve um aumento significativo dos que afirmaram que as crianças ou adolescentes estavam matriculados em escolas públicas antes da pandemia (de 64% em julho para 74% em novembro de 2020), enquanto houve uma redução dos que afirmavam que estavam matriculados em escolas particulares antes da pandemia (de 32% em julho para 22% em novembro de 2020). Os 6% de residentes com crianças ou adolescentes em idade escolar que declararam que elas não estavam matriculadas em escolas antes da pandemia (14% no Nordeste, e 13% entre aqueles com renda familiar de até um salário mínimo) representam 3,6 milhões de brasileiros.

Uma das novidades desta rodada é a investigação sobre o retorno das atividades presenciais nas escolas que, de acordo com os resultados da pesquisa, ainda não é a realidade da maioria das crianças e adolescentes brasileiros em idade escolar. Entre os residentes com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos que estavam matriculadas em escolas públicas ou particulares, 9% afirmavam que a escola de alguma criança ou adolescente com quem reside havia reaberto, proporções que alcançam 21% entre os moradores da região Norte, e 22% entre aqueles com renda familiar superior a cinco salários mínimos. De forma semelhante somente 3% indicavam que alguma criança ou adolescente já havia voltado às atividades presenciais. Por outro lado, 92% residiam com crianças ou adolescentes que continuavam realizando atividades apenas em casa, resultado que foi inferior principalmente na região Norte (19%), reforçando a hipótese de volta mais intensa a atividades escolares presenciais na região.

Outro novo indicador incluído na segunda rodada da pesquisa investiga a opinião sobre o momento em que a volta às atividades presenciais deve acontecer, do ponto de vista dos residentes com crianças ou adolescentes matriculados em escolas que não estavam realizando atividades presenciais. Mais da metade desse público (54%) declaram que as crianças ou adolescentes voltariam às atividades presenciais apenas quando alguém responsável por ela na casa considerasse que não haveria risco de contaminação. Quase um terço desse público (29%) afirmava que as crianças ou adolescentes só voltariam às atividades presenciais em 2021, e 15% diziam que as crianças ou adolescentes voltariam às atividades presenciais assim que as escolas reabrissem.

Vale ressaltar que essa percepção apresentou discrepâncias entre os diferentes níveis socioeconômicos dos residentes com crianças ou adolescentes que seguem com atividades escolares apenas em casa. A parcela dos que indicaram que as crianças ou adolescentes voltariam às atividades presenciais assim que a escola reabrisse passa de 9% na classe DE e 11% na classe C para 22% e 28% entre quem pertence às classes A e B, respectivamente. Da mesma forma, a parcela dos que indicam que as crianças ou adolescentes voltariam a atividades presenciais assim que as escolas reabrissem foi maior entre indivíduos com renda familiar de dois a cinco (22%) e cinco a dez salários mínimos (23%) do que entre aqueles com renda familiar de até um (10%) e mais de um a dois salários mínimos (9%).

A maior cautela para a volta a atividades presenciais entre segmentos de menor renda também fica evidente pelo percentual mais alto dos que diziam que as crianças ou adolescentes voltariam às atividades presenciais apenas quando algum responsável considerasse seguro entre quem possui renda familiar de até um salário

mínimo (65%), se comparado com aqueles com renda familiar de mais de dois a cinco salários mínimos (45%).

Levando em consideração o total de residentes com crianças ou adolescentes que estavam matriculados em escolas antes da pandemia, a maioria (91% - mesma proporção de julho de 2020) afirmou que houve continuidade das atividades em casa pelas crianças ou adolescentes com quem residem durante o período de fechamento das escolas em decorrência da pandemia de COVID-19. Por outro lado, outros 9% negaram que elas continuaram realizando as atividades escolares em casa durante a pandemia, proporção que representa 5 milhões de brasileiros.

Entre os residentes com crianças ou adolescentes que continuaram a realizar atividades em casa, 83% afirmavam que essas atividades foram realizadas pela Internet, proporção que segue estável em comparação a julho de 2020 (87%). Esse percentual, assim como ocorreu na rodada anterior, chegou próximo da totalidade dos indivíduos que moram com crianças ou adolescentes matriculadas em escolas particulares (96%), frente a cerca de três quartos (78%) dos residentes com crianças ou adolescentes de escolas públicas. Além disso, a pesquisa apontou que indivíduos com renda familiar mais baixa reportaram menos frequentemente o recebimento de atividades escolares pela Internet, como entre indivíduos com renda familiar de até um salário mínimo (69%), enquanto a proporção alcança 89% entre aqueles com renda familiar de dois a cinco salários mínimos e 92% entre aqueles com renda familiar superior a cinco salários mínimos.

Ainda em relação às atividades escolares realizadas pela Internet durante a pandemia, do ponto de vista negativo, 17% dos residentes com crianças ou adolescentes que continuaram a receber atividades escolares em casa durante a pandemia não receberam atividades pela Internet, aproximadamente 9 milhões de residentes com crianças ou adolescentes.

A segunda rodada da pesquisa sobre os Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes traz outra novidade: o nível de cobertura de alimentação escolar aos alunos de escolas públicas durante o fechamento das escolas devido à pandemia de COVID-19. Dentre os residentes com crianças ou adolescentes matriculados em escolas públicas, 45% - menos da metade - informaram que eles receberam alimentação da escola no período, proporção esta que chegou a 58% entre quem tem renda familiar de até um salário mínimo. Os números indicam, portanto, que uma parcela importante das famílias que poderiam necessitar desse tipo de benefício não teve acesso a ele.

Sobre a quantidade de dias em que tarefas da escola foram recebidas na semana anterior à realização da entrevista, verifica-se uma redução significativa na proporção dos alunos que receberam atividades nos cinco dias da semana (de 63% em julho para 52% em novembro de 2020), de acordo com os residentes com crianças ou adolescentes em idade escolar que continuaram realizando atividades apenas em casa. Em comparação com a rodada anterior, os outros resultados permaneceram estáveis: 8% para quatro dias, 12% para três dias, 5% para dois dias, 10% para um dia, e 13% em nenhum dia - sendo que esses últimos representam 7 milhões de residentes com crianças ou adolescentes (proporção que entre os moradores do Norte chega a 17% e do Nordeste a 20%).

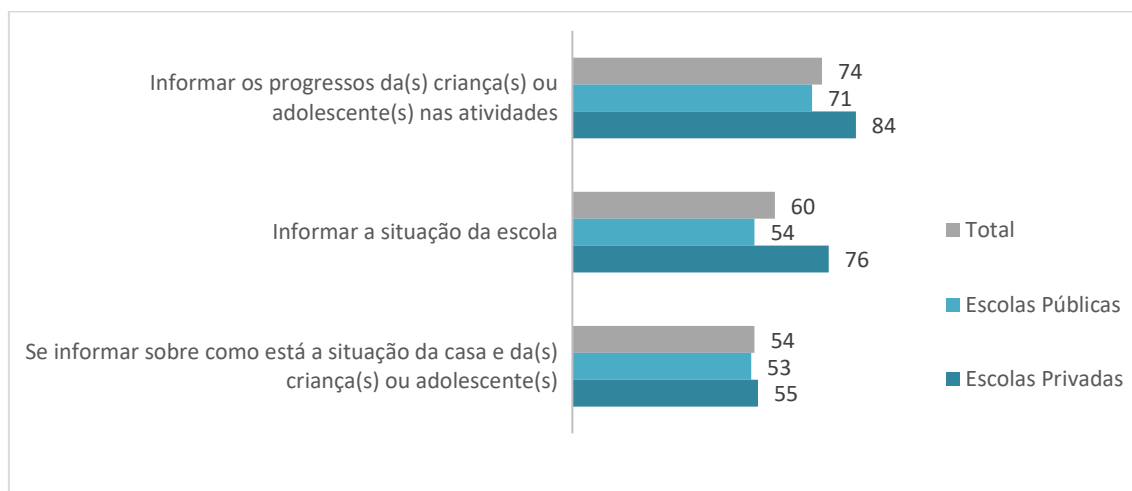
Também foi retomada na segunda rodada a investigação sobre o de tempo médio por dia necessário para que as crianças terminassem as atividades escolares. Entre uma e duas horas por dia foi novamente o tempo mais citado (39%), seguido por entre duas e quatro horas, menos de uma hora (11%) e mais de cinco horas por dia (11%). Vale destacar que todos estes resultados seguem estáveis em comparação com a rodada anterior.

Entre julho e novembro de 2020 os resultados do indicador sobre a comunicação da escola ou do professor com a família das crianças ou adolescentes durante a pandemia permaneceram estáveis. De acordo a pesquisa, em novembro, 74% dos residentes com crianças ou adolescentes em idade escolar que continuaram realizando as atividades escolares em casa confirmavam que havia comunicação da escola ou professor(a) para informar o progresso das crianças ou adolescentes nas atividades, ao passo que 60% informavam que houve contato da escola com intuito de informar a situação da escola, e 54% que houve comunicação da escola com objetivo de obter informações sobre a situação da casa e das crianças ou adolescentes. Levando em consideração alunos de escolas públicas ou privadas, enquanto o contato de escolas com intuito de obter informações sobre a situação da criança ou adolescente da casa não apresentou diferenças significativas entre os dois públicos, entre residentes com crianças ou adolescentes matriculadas em escolas privadas houve maior menção ao contato das escolas com intuito de informar o progresso da criança nas atividades e para informar a situação da escola (Gráfico 10)

Gráfico 10

**COMUNICAÇÃO DA ESCOLA OU DO PROFESSOR COM A FAMÍLIA, POR MOTIVO DO CONTATO**

*Percentual de pessoas que residem com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos que continuaram realizando as atividades escolares em casa (%)*



Por fim, o bloco de educação da pesquisa retomou a investigação sobre se o tempo das crianças ou adolescentes em frente a telas de televisão, celular, computador ou tablet em momentos que não estão realizando atividades escolares aumentou em relação a antes da pandemia. De acordo com 78% dos residentes com crianças ou adolescentes de 4 a 17 anos, eles estão ficando mais tempo em frente a telas do que antes da pandemia (proporção que chega a 88% entre quem pertence à classe B), 11% acreditam que durante a pandemia elas passavam o mesmo tempo que antes

em frente a telas, e 10% consideravam que as crianças ou adolescentes estavam ficando menos tempo diante das telas do que antes da pandemia.

## **PRIMEIRA INFÂNCIA**

Dentro do período conhecido como primeira infância, que compreende os 6 primeiros anos de vida das crianças<sup>10</sup>, o período dos primeiros mil dias de suas vidas é a fase mais importante para o desenvolvimento estrutural do cérebro humano, de modo que o aprendizado que ocorre nesse período da vida será fundamental para o desenvolvimento futuro do indivíduo<sup>11</sup>.

Em função dessa relevância, a segunda rodada da pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes voltou a abordar o tema da primeira infância<sup>12</sup>, com um novo indicador que averigua a adesão ao calendário de vacinação. O resultado obtido indica que 99% dos brasileiros residentes com crianças na primeira infância seguem o calendário de vacinação, e 84% buscaram serviços de saúde público ou privado de vacinação desde o início da pandemia.

Outro aspecto investigado foi o conhecimento acerca do Programa Criança Feliz<sup>13</sup>, do Governo Federal. O programa foi criado em 2016 com o objetivo de proporcionar um desenvolvimento saudável e um acompanhamento adequado para crianças de 0 a 6 anos de idade, através de ações que envolvem as áreas de saúde, assistência social, educação, justiça e cultura. Entre os residentes com crianças de 0 a 3 anos de idade, 20% conhecem o Programa Criança Feliz. Em julho de 2020<sup>14</sup>, na primeira rodada da pesquisa, o programa foi abordado através de uma pergunta que buscava saber quais eram as fontes de informação sobre a primeira infância, na qual 8% dos residentes com crianças de 0 a 3 anos de idade mencionaram as visitas do Programa Criança Feliz como fonte de informações.

## **PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA**

A proteção contra a violência é um dos temas de bastante relevância tratados na pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes. Pela dificuldade de abordar diretamente o tema, sobretudo no que diz respeito à violência doméstica, a pesquisa buscou abordar indiretamente questões

---

<sup>10</sup> Os 6 primeiros anos de vida estão definidos legalmente como primeira infância pela Lei Nº 13.257. Mais informações em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm). Acessado em 20 de Janeiro de 2021. Na pesquisa, porém, foram coletados dados sobre primeira infância junto a indivíduos residentes com crianças de 0 a 3 anos.

<sup>11</sup> Mais informações sobre a primeira infância em: <https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil>. Acessado em 20 de Janeiro de 2021.

<sup>12</sup> Como o bloco de perguntas sobre a primeira infância foi aplicado somente para pessoas que residem com crianças de 0 a 3 anos de idade (148 entrevistados), não há base suficiente para fazer análises por segmentos da população, como por região, classe ou renda, por exemplo.

<sup>13</sup> Mais informações sobre o Programa Criança Feliz em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz-o-crianca-feliz>. Acessado em 5 de Janeiro de 2021.

<sup>14</sup> Em julho de 2020, o Programa Criança Feliz foi abordado na pesquisa como um dos itens de resposta para a questão: “Onde vocês tiveram acesso a informações sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento das crianças?”. Em novembro de 2020, na segunda rodada da pesquisa, passou a ser investigado o conhecimento sobre o programa: “Você conhece o programa Criança Feliz, o programa do governo que visita toda semana casas de famílias de baixa renda para acompanhar e estimular o desenvolvimento das crianças até os 3 anos de idade?”.

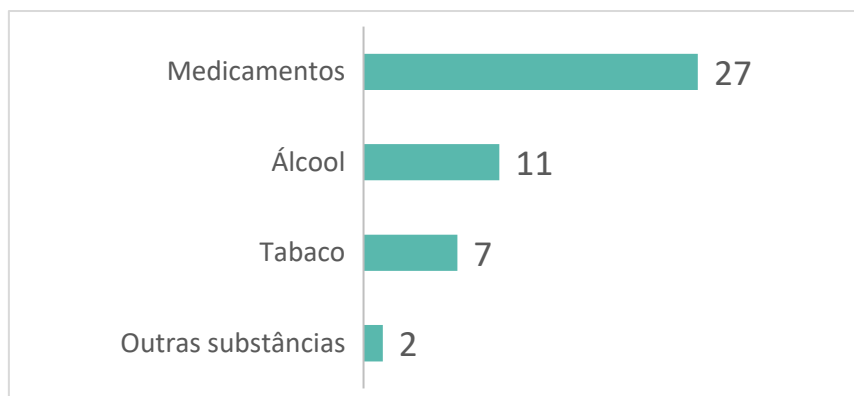
relevantes a essa problemática. Em vista disso, os indicadores abordados trazem dados acerca do consumo de substâncias pelos moradores do domicílio, momentos de tensão no lar e, para aqueles que passaram por esses momentos, o tipo de ajuda que buscaram.

A pesquisa revela que, em novembro de 2020, 36% dos brasileiros com 18 anos ou mais, cerca de 57 milhões pessoas, consideravam que houve aumento no consumo de substâncias como medicamentos, álcool ou tabaco entre os moradores do domicílio desde o início da pandemia, percentual no mesmo patamar do aferido na rodada anterior do estudo (32%), realizada em julho. Entre as regiões, observa-se que Norte (46%) e Nordeste (43%) foram as que mais apresentaram aumento no consumo dessas substâncias ao longo do período de quarentena ou isolamento social, enquanto o Sudeste (31%) apresentou o menor percentual entre as regiões. Entre as substâncias mais citadas, destacam-se medicamentos (27%) com aumento em seis pontos percentuais em relação à rodada anterior (21%), seguido por álcool e tabaco (gráfico 11), que não apresentaram variação significativa em relação ao resultado de julho de 2020. Não foram identificadas diferenças significativas entre pessoas que residem ou não com crianças ou adolescentes.

Gráfico 11

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE MENCIONARAM QUE AUMENTARAM O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS

Percentual sobre o total de brasileiros com 18 anos ou mais (%)



Segundo a rodada de novembro de 2020 da pesquisa, a menção ao aumento do consumo de medicamentos durante a pandemia se deu em maior frequência entre as pessoas em condições socioeconômicas mais vulneráveis. É o caso do grupo com renda familiar de até um salário mínimo (33%), pertencentes às classes DE (37%) e que estudaram até o Ensino Fundamental I (37%). Por outro lado, pessoas com renda familiar entre cinco a dez salários mínimos (19%), pertencentes à classe C (23%) e que estudaram até o Ensino Médio (22%) mencionaram em menor proporção o aumento do consumo de medicamentos. Vale também destacar a diferença no aumento do consumo de medicamentos entre as mulheres (30%) em relação aos homens (23%).

No que concerne a menções ao aumento de consumo de álcool, observa-se que elas foram mais frequentes entre indivíduos com renda mais alta e com maior nível de escolaridade, como entre as pessoas com renda familiar acima de 10 salários mínimos (25%), da classe A (24%) e que estudaram até o ensino superior (16%). Por outro lado, o aumento do consumo da substância foi menos mencionado entre



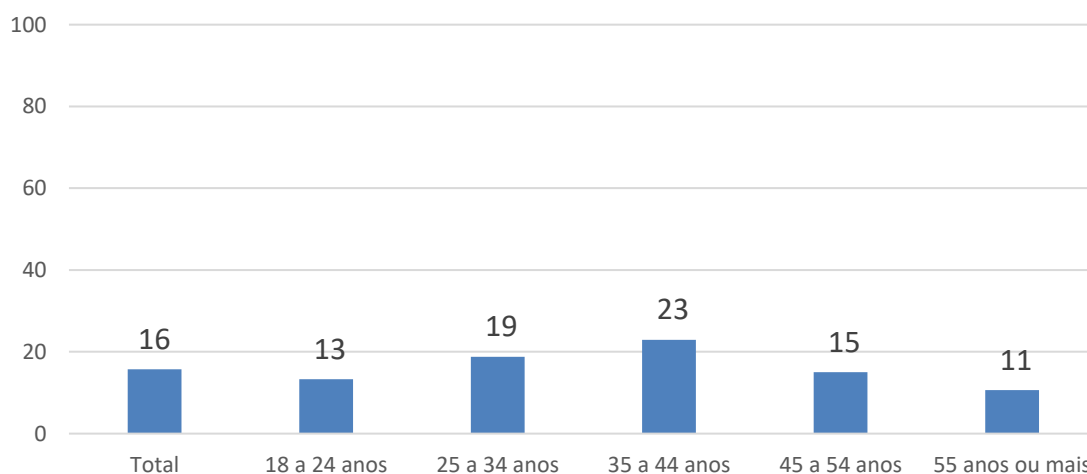
peças com renda familiar de até um salário mínimo (9%), assim como indivíduos da classe C (8%) e que estudaram até o Ensino Fundamental I (5%).

Assim como na primeira rodada da pesquisa, em novembro de 2020 foi sondada a percepção dos brasileiros sobre a frequência de momentos de tensão entre os moradores de seus domicílios durante a pandemia. Para 74% da população com 18 anos ou mais as relações familiares não mudaram em relação a antes da pandemia de COVID-19, enquanto 16% informaram que passaram a acontecer mais momentos de tensão e apenas 8% mencionaram que passaram a acontecer menos momentos de tensão. Em relação à rodada anterior realizada em julho, as proporções se mantiveram estáveis, sem diferenças significativas. Os resultados indicam que a percepção de aumento dos momentos de tensão e discussão durante a pandemia foi maior entre pessoas com nível de escolaridade mais alto. Entre aqueles que estudaram até o Ensino Superior, 22% mencionaram que os momentos de tensão durante o período de quarentena ou isolamento social aumentaram, enquanto para quem estudou até o Ensino Fundamental I, o percentual foi de 13%.

Verifica-se também que o aumento dos momentos de tensão e discussão foram mais frequentemente citados por pessoas que estão nas faixas etárias intermediárias, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 12

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE CONSIDERAM QUE MOMENTOS DE MAIOR TENSÃO E DISCUSSÃO AUMENTARAM DURANTE A PANDEMIA, POR FAIXA ETÁRIA. Percentual sobre o total de indivíduos com 18 anos (%)



Entre os que passaram por mais momentos de tensão em casa em relação a antes da pandemia, 17% declaram ter pedido ajuda a alguma pessoa ou entidade por causa dessa situação, com maior menção a pedidos de ajuda a um líder religioso, como padre ou pastor (10%), seguido por outra pessoa ou entidade (4%) e algum agente comunitário de saúde (4%).

### CONCLUSÕES E AGENDA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A segunda rodada da pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes permitiu a comparação com os resultados colhidos na

primeira rodada e também agregou à pesquisa novos indicadores que possibilitaram a ampliação da investigação sobre temas como saúde, fontes de informação e *fake news*, educação, entre outros. A seguir, serão apresentados alguns aspectos que merecem atenção e podem servir de apoio para a construção de ações direcionadas ao público alvo da pesquisa.

### **Fontes de informação e *fake news***

Os resultados da pesquisa indicaram que pessoas ou instituições como cientistas e médicos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o UNICEF são as fontes de informação que a população mais confia entre as fontes investigadas na pesquisa. Enquanto isso, redes sociais e aplicativos de mensagens inspiram pouca confiança. Se, por um lado, tais preferências supracitadas podem sugerir um cenário pouco propício à receptividade de *fake news*, por outro, é importante destacar a baixa confiança nos meios de comunicação, um sinal de alerta já que se trata de uma fonte tradicional de informação que poderia ser um recurso para a checagem de informações diante do volume de *fake news* que se propagam atualmente. A respeito dessa propagação, quatro entre dez brasileiros identificavam que haviam recebido informações incorretas, falsas ou enganosas sobre COVID-19 na semana anterior à realização da pesquisa.

É importante observar ainda a diferença entre indivíduos de diferentes faixas etárias, classes socioeconômicas e níveis de escolaridade. As pessoas com 55 anos ou mais e escolaridade mais baixa confiam mais nas redes sociais e em aplicativos do que os mais jovens, enquanto as pessoas das classes e escolaridades mais altas confiam mais nos médicos e cientistas. Como entre os indivíduos de maior escolaridade também é maior a incidência de recebimento de notícias falsas, é possível levantar a hipótese de que as pessoas com escolaridade mais baixa têm maior dificuldade de identificar uma notícia incorreta, falsa e enganosa.

Diante deste contexto, há espaço para a atuação de fontes de informação confiáveis, bem como para ferramentas e aplicativos que ajudem no combate à disseminação de informações falsas. Por fim, cabe a reflexão sobre o que as fontes mais confiáveis para a população podem fazer (além do que já fazem) para aproveitar essa confiança recebida pela sociedade e ampliar sua atuação na disseminação de informações corretas visando reduzir os danos da COVID-19.

### **Água, saneamento e higiene**

Os dados da segunda rodada da pesquisa reforçam os resultados obtidos em julho de 2020, evidenciando a existência de desigualdades regionais e de classes socioeconômicas no acesso à rede geral de distribuição de água e à rede geral de esgoto. Como a água potável é uma importante aliada no combate à COVID-19 pela recomendação de se lavar as mãos com frequência, a falta desse recurso pode ser um fator que aumenta o risco do contágio da população. Sobretudo na região Norte, a origem da água pela rede geral de distribuição encontra-se bem abaixo da média nacional, enquanto as classes DE são as que mais vivem em domicílios com água proveniente de poço ou nascente, e também as que menos têm cobertura da rede geral de esgoto.

Enquanto isso, o acesso a programas de distribuição de produtos de higiene e limpeza também continuam estáveis em relação ao observado em julho de 2020, com maior

acesso entre os que têm escolaridade mais baixa. Diante da desigualdade no acesso ao saneamento básico, a distribuição de tais produtos de higiene e limpeza pode ser ainda mais efetiva nas regiões com menor cobertura de água e esgoto pela rede geral.

## **Renda**

Assim como foi observado na primeira rodada da pesquisa, mais da metade dos brasileiros tiveram sua renda reduzida durante a pandemia, e este impacto foi maior entre indivíduos em domicílios com crianças ou adolescentes, assim como nos estratos economicamente mais vulneráveis. A redução do salário de alguém da família e a suspensão temporária do trabalho permanecem entre os motivos mais citados para a redução da renda familiar.

Diante das alterações sofridas no rendimento do trabalho, e pela abrangência do auxílio emergencial verificada nesta segunda rodada, será importante observar o impacto do fim desse programa na renda familiar dos brasileiros em 2021 e todas as consequências que a descontinuidade dessa política deve ter, sobretudo entre famílias de classe e renda familiar mais baixas, tendo em vista um cenário no qual o auxílio não só servia para diminuir os efeitos na perda de renda, mas também se configurava como uma alternativa para a injeção de recursos na economia<sup>15</sup>.

Outro fator que deve ser considerado em relação ao impacto na renda familiar dos brasileiros no ano de 2021 é o trabalho infantil, uma vez que, de acordo com dados de novembro de 2020 da pesquisa, embora pouco frequentes, foram verificadas menções à existência de trabalho infantil no país.

## **Segurança alimentar**

O crescimento da proporção da população que mudou os hábitos alimentares durante a pandemia, observado entre julho e novembro de 2020, acompanhado do aumento no consumo de alimentos industrializados e da diminuição do consumo de alimentos não industrializados – inclusive entre residentes com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos – reforçam a necessidade de políticas que incentivem e facilitem o acesso à alimentação saudável pela população, sobretudo em um cenário de aumento no preço dos alimentos<sup>16</sup>.

Ainda merecem atenção as diferenças regionais, por classe e nível de rendimento, no que diz respeito à insegurança alimentar relacionada à falta de dinheiro para o enfrentamento desta condição, que revelam maior impacto na população com nível socioeconômico mais baixo. Nesse sentido, políticas públicas devem considerar também o impacto na segurança alimentar decorrente da redução no rendimento das famílias, seja por conta do nível do emprego, seja devido ao fim do auxílio emergencial.

---

<sup>15</sup> Fim do auxílio emergencial deixa o Brasil entre o medo da pandemia e do desemprego em 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-12-21/fim-do-auxilio-emergencial-deixa-o-brasil-entre-o-medo-da-pandemia-e-do-desemprego-em-2021.html>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

<sup>16</sup> Em novembro de 2020 o grupo de produtos que trouxe maior impacto para o aumento do índice mensal de inflação foi o de alimentação e bebidas, que acelerou 1,93% em relação a outubro do mesmo ano. Dados em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29617-ipca-foi-de-0-89-em-novembro>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

## Educação

A segunda rodada da pesquisa trouxe como novidade a investigação sobre o retorno às atividades presenciais nas escolas, que chegou a ocorrer ainda em 2020 em uma parte das redes pública e privada. A grande maioria dos entrevistados (92%) residia com crianças ou adolescentes que continuavam realizando atividades escolares apenas em casa, e mais da metade (54%) indicavam que elas só voltariam às escolas quando algum responsável por elas considerasse que não haveria riscos de contaminação.

Essa percepção da população sobre o retorno às atividades presenciais serve de alerta para que gestores educacionais de todo o país garantam a infraestrutura necessária para redução do risco de contaminação no ambiente escolar antes da decisão sobre reabertura, enquanto buscam o aperfeiçoamento das atividades remotas, sobretudo entre alunos da rede pública. A nova realidade de atividades remotas pela Internet imposta pela pandemia ainda tem criado mais distorções no acesso à educação entre famílias de diferentes faixas de renda familiar, lançando luz também à questão da desigualdade do acesso à rede no país.

## Primeira infância

O resultado da segunda rodada do estudo, em que cerca de 80% dos residentes com crianças na primeira infância não conhecem o Programa Criança Feliz, em conjunto com o baixo reporte do programa como fonte de informações sobre a importância da primeira infância na primeira rodada, demonstram a existência de espaço para o maior desenvolvimento da comunicação sobre o programa e para o aumento de sua cobertura.

Além disso, a segunda rodada da pesquisa revela que quase a totalidade dos residentes com crianças com 0 a 3 anos seguem ou residem com pessoas que seguem o calendário de vacinação dessas crianças, o que mostra um bom resultado de políticas consolidadas de vacinação infantil. Porém, as políticas públicas devem levar em consideração a propagação de informações falsas a respeito de vacinas, conforme mencionado no estudo, que podem impactar ainda mais a cobertura vacinal no Brasil, já reduzida nos últimos anos<sup>17</sup>.

## Proteção contra a violência

Os resultados da rodada de novembro da pesquisa corroboram o fenômeno identificado em julho de 2020, com uma parcela importante da população reportando o aumento do consumo de substâncias como medicamentos, álcool ou tabaco entre os seus familiares desde o início da pandemia, o que se configura também como fator de risco para casos de violência doméstica.

Entre indivíduos que reportaram terem passado por mais momentos de tensão no domicílio durante a pandemia, uma pequena parcela pediu ajuda a pessoas ou instituições, e poucos utilizaram os canais disponibilizados pelo governo, como o

---

<sup>17</sup> Cobertura vacinal no Brasil vem diminuindo nos últimos anos de acordo com dados do Ministério da Saúde. Informações em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/em-queda-ha-5-anos-coberturas-vacinais-preocupam-ministerio-da-saude#:~:text=As%20%C3%BAltimas%20metas%20de%20imuniza%C3%A7%C3%A3o,terem%20continua%20acima%20dos%2080%25>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

Disque 100 e o Disque 180, cenário que pode orientar ações com finalidade de informar à população sobre os canais de denúncia e ajuda disponibilizados pelo governo.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABILIO, LUDMILA COSTHEK. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?1. Estud. av. [online]. 2020, vol.34, n.98, pp.111-126. 08 de Maio, 2020. ISSN 1806-9592. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000100111](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111)